



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**DA PORTA PARA DENTRO: O HABITAR SERTANEJO A PARTIR DOS  
INVENTÁRIOS POST-MORTEM (CAJAZEIRAS, SÉC. XIX)**

**HAVA MARIANA DE OLIVEIRA SANTANA**

**CAJAZEIRAS, PB**

**2022**

**HAVA MARIANA DE OLIVEIRA SANTANA**

**DA PORTA PARA DENTRO: O HABITAR SERTANEJO A PARTIR DOS  
INVENTÁRIOS POST-MORTEM (CAJAZEIRAS, SÉC. XIX)**

Monografia apresentada à Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Licenciatura Plena em História, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande como obtenção de Título de Licenciado em História.

**Orientadora:** Prof. Dra. Viviane Gomes de Ceballos

**CAJAZEIRAS, PB**

**2022**

S232p Santana, Hava Mariana de Oliveira.  
Da porta para dentro: o habitar sertanejo a partir dos inventários post-mortem (Cajazeiras, séc. XIX) / Hava Mariana de Oliveira Santana. - Cajazeiras, 2022.

121f.: il.

Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane Gomes de Ceballos.

Monografia (Licenciatura Plena em História) UFCG/CFP, 2022.

1. Casas rurais e urbanas. 2. Arquitetura vernacular brasileira. 3. Sertão paraibano. 4. Cajazeiras-PB. 5. Historiografia. 6. Paraíba - história. I. Ceballos, Viviane Gomes de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 94(813.3)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764  
Cajazeiras - Paraíba

HAVA MARIANA DE OLIVEIRA SANTANA

**DA PORTA PARA DENTRO: O HABITAR SERTANEJO A PARTIR DOS  
INVENTÁRIOS POST-MORTEM (CAJAZEIRAS, SÉCULO XIX)**

Monografia apresentada à Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Licenciatura Plena em História, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande como obtenção de Título de Licenciado em História.

**Orientadora:** Prof. Dra. Viviane Gomes de Ceballos

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.Dr<sup>a</sup> Viviane Gomes de Ceballos (Orientadora)

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Janaína Valéria Pinto Camilo

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Rosilene Alves de Melo

**2022**

## **RESUMO**

Os inventários post-mortem se apresentam como uma documentação judicial capaz de irradiar diversas abordagens e narrativas possíveis dentro da historiografia. Localizado na 2ª Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Junior, da cidade de Cajazeiras, Paraíba, esta documentação serviu de fonte histórica, oferecendo elementos e informações que contribuíram para o estudo da cultura material no alto sertão paraibano, no século XIX, entre os anos de 1876-1890. Somado a isto, os inventários juntamente com a utilização da bibliografia apoiada na história social da cultura, possibilitou o estudo acerca das casas de morada sertanejas, pertencentes à elite local, e dos elementos que envolviam o habitar destes grupos familiares. Propõe-se, neste trabalho, o exercício de leitura e análise da casa enquanto um documento capaz de revelar aspectos referentes aos seus possuidores, envolvendo a sua construção, as dinâmicas estabelecidas e as atividades do cotidiano destes personagens históricos. Se colocando como um dos objetivos, também, o reconhecimento do contexto e da espacialidade a qual esta cultura material estava inserida, observando a cidade de Cajazeiras a partir de aspectos econômicos, sociais e culturais.

**Palavras-chave:** Casas rurais e urbanas; Arquitetura vernacular brasileira; Sertão;

## **ABSTRACT**

The inventory show themselves as a judicial documentation capable of radiate outward many narratives and tips of approach in the historiography. Found in the archive of the Second Civil Court Dr. Ferreira Junior, situated in Cajazeiras, Paraíba, this historical source has served as base for the researches about material culture, offering informations and elements that could contribute to the development to the history of the high outback in the nineteenth century, between 1876 and 1890, in the state of Paraíba. As well, the inventory add to the bibliography found and supported at the social culture history, has given elements that shows and involves the living in houses of the backcountry belonged to the local elite, such as knowing about the fisical structure of the home and the relationships settled there. This paper aims to propose exercising the act to read and analyze the home as an document which offers aspects that can distinguish their owners for what they possess, the dynamics involving the family groups and their routine activities, all based in the material culture found in inventories. Being an goal for this paper to reach as well, the spatiality exploration and the context that embraces the material culture in question, observing the city of Cajazeiras in economic, social and culture aspects.

**Keywords: Urban and country houses; Brazilian vernacular architecture; Outback.**

## AGRADECIMENTOS

Embora todas as palavras aqui escritas tenham fluído através de mim, sei que não viemos ao mundo nem como livros escritos e acabados, cheios de saberes a serem partilhados, tampouco folhas em branco preparadas para serem preenchidas. O que quero dizer é que somos frutos daquilo que a experiência e a vivência fazem conosco, assim como fruto de nossas relações, para o bem ou para o mal. Tenho muito a agradecer aos que me rodeiam, que fazem e fizeram parte desta jornada.

Minha jornada junto ao saber histórico iniciou-se muito cedo, ainda criança, permeada de curiosidades e com sede de descobrir coisas ainda não descobertas, ingenuidade própria da infância. Aumentei anos de idade, cresci alguns centímetros e amadureci a minha paixão pela história, como assim se verá ao decorrer da escrita. Percebi que não preciso descobrir um universo de coisas nunca vistas ou lidas para ser valorizada entre os meus, sejam estes pares ou familiares. Me bastava ter compromisso, paixão e muita confiança no que eu estava produzindo, em mim mesma. E se eu pudesse deixar um recado para a Hava que iniciou sua trajetória acadêmica no período 2017.1, diria “tenha coragem, confie em si, você conhece seus desejos, anseios e receios, seja fiel a si”. Essa oportunidade talvez nunca venha a acontecer, mas todas as versões do que outrora foi Hava, estão em mim, estamos em paz e gratas.

Agradeço tudo o que sou e o que possuo a Deus, sempre entreguei tudo em tuas mãos, e o senhor me segurou de forma confiante e calorosa, própria de ti.

Aos meus familiares, pela paciência infinita com os “nãos” recebidos em nome da minha construção acadêmica. Obrigada Mãe (Sandra) e Pai (Paulo), vocês me deram a liberdade de seguir os meus sonhos e me dei a liberdade de seguir minhas humanidades, sejam estas científicas ou empíricas.

Às minhas irmãs, Camila, Érica e Paula, obrigada por tanto. Todo o afeto, carinho e tomada de responsabilidades precoces, que nossa união esteja sempre fortalecida no amor e no respeito.

Aos meus amigos de universidade, vocês foram uma das melhores coisas que aconteceu comigo, agradeço por todo o companheirismo, as competições silenciosas, as fofocas contadas sentados em frente à coordenação de História e as partidas de uno (Calma, Renata. É só um jogo!!!). Eu sou grata por todas as nossas partilhas, a minha trajetória acadêmica se tornou bem mais leve ao caminhar com vocês, que o tempo não nos separe, ao contrário, que ele mantenha viva nossa cumplicidade.

À Alanna e Ayrle, principalmente, obrigada por escutarem aos meus choros de desespero, não apenas no momento da escrita deste trabalho, mas durante todo o curso. Vocês me fortaleciam e me encorajavam a cada palavra dita, em vários momentos, acreditaram mais em mim do que eu mesma, e por isso, sou grata. Estaremos sempre juntas, amo vocês.

Aos meus filhos de quatro e duas patas – Anselmo, Augusto, Fofinho, Letícia, Mimi, Polyana, Matilda, Charlie, Nick, Rosa e Pepeu –, agradeço por todo o cuidado retribuído, amo vocês com todo o meu ser. Vocês me sentem e me consolam sem precisarem dizer uma palavra sequer, basta um olhar e um “amassadinho” de pão na minha barriga, e muita coisa ganha resolução.

A João Edson, que entre de idas e vindas sempre esteve ao meu lado, espero que o nosso companheirismo seja eterno.

À Letícia, Milena, Stefano e Francisco, quem diria que se aproximar para comer escondido na sala de aula da nossa escola nos traria anos de amizade e amor.

À Philomena Couras, pelos momentos de desabafo e compreensão.

E por fim, aos meus professores do CFP, os coloco na figura da minha querida orientadora, Prof. Viviane Gomes de Ceballos, responsáveis pela produção de momentos memoráveis, recheados de medo, ansiedade, calma, paciência e disponibilidade. Obrigada por partilharem um pedacinho de vocês conosco, e por permitirem que deixássemos um nosso também.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1- Acesso interno ao sótão e escadas.....</b>	<b>55</b>
<b>Figura 2 – Sótão com vista inferior.....</b>	<b>56</b>
<b>Gráfico 1 - Os bens Materiais (1876-1880).....</b>	<b>24</b>
<b>Gráfico 2 – Composição dos bens imóveis.....</b>	<b>38</b>
<b>Gráfico 3 – Localização das propriedades .....</b>	<b>46</b>

## SUMÁRIO

<b>Resumo, 5</b>	
<b>Lista de ilustrações, 8</b>	
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 – ALÉM DO QUE SE VÊ: UMA LEITURA SOBRE O SER E FAZER NA CIDADE DE CAJAZEIRAS, PB .....</b>	<b>17</b>
1.1 As ruas de outrora .....	18
1.2 As curvas que guiaram até aqui: os inventários post-mortem.....	25
<b>CAPÍTULO 2 – INVENTARIANDO A CULTURA MATERIAL NOS SERTÕES .....</b>	<b>30</b>
2.1 Os bens imóveis dentro da análise material .....	34
2.2 Casa de morada, de vivenda e de comércio .....	36
2.3 Partes de terra, sítios e fazendas.....	41
<b>CAPÍTULO 3 – O PATRIMÔNIO DE PEDRA E CAL: A CASA DOCUMENTADA .....</b>	<b>46</b>
3.1 A casa em projeção: leituras do/no espaço.....	47
3.2 O serviço do habitar: cozinha e sótão.....	51
3.3 Dimensões sociais e espaciais do estar: salas, quartos e alpendre (varandas) ...	54
3.4 O poder e a riqueza que emana por trás das janelas e portas .....	61
<b>Considerações finais, 64</b>	
<b>Fontes consultadas, 66</b>	
<b>Referências bibliográficas, 67</b>	
<b>Apêndice, 70</b>	

## INTRODUÇÃO

O método Morelliano<sup>1</sup> ou indiciário, comumente utilizado pelos historiadores da arte, foi revolucionário por permitir o reconhecimento de fraudes em obras de artes, propondo a reeducação do olhar das características mais vistosas, ou seja, àquelas em que repousamos o olhar de modo intuitivo e superficial, chamando à atenção aos detalhes pormenorizados que eram negligenciados. O principal objetivo a ser atingido com este método era a possibilidade de análise e diferenciação entre obras de artes originais e falsificadas.

Para Sigmund Freud, a proposição de um método sobre os dados residuais se mostrava promissora, tendo em vista que para ambos, os dados marginalizados eram extremamente reveladores, assim como o inconsciente que influencia o ser e agir, antes das ações serem pensadas ou sistematizadas pela mente humana. É dessa forma que, o método indiciário de Morelli se constitui como um método de investigação comumente utilizado, desde detetives a historiadores da arte, no qual a semiótica oferece base para esse saber.

Não se constituindo como um saber científico, para o qual deveria ser quantificado e comprovado por leis matemática, o método ou paradigma indiciário é uma conjectura na qual os fenômenos observados são individuais e únicos, o que os torna diferentes e impossíveis de serem quantificados ou colocados à prova por métodos científicos, e o é em sua própria existência, o limite e a infinitude da descoberta.

Conjecturando a partir de uma fonte escrita, os inventários *post-mortem*, do século XIX da cidade de Cajazeiras, e seguindo os rastros e as pistas deixadas nas lacunas entre os limites do documento manuscrito e a historiografia acerca da cultura material, é que se coloca como possível o estudo dos bens de raiz das famílias sertanejas. Desviando-se da busca por uma história verossímil, por não acreditar que ela exista, a autora se detém na busca e na beleza do desconhecido, daquilo que não foi experimentado diretamente, mas que existiu e continua existindo no passado. E para tanto, é importante frisar que, sendo impossível atingir ou conquistar o título de verdade absoluta dentro desta narrativa, as várias verdades aqui apresentadas não são resultado de paixões demasiadas ou da falta

---

<sup>1</sup> Método desenvolvido pelo italiano Giovanni Morelli, dentro do campo da história da arte, e conhecido através do historiador Carlo Ginzburg (1989)

de método, mas de anos debruçados sobre a pesquisa da documentação, das famílias, do cotidiano e do patrimônio legado.

Inclinando-se sobre os entremeios do bem de raiz de “pedra e cal”, ou seja, as construções espaciais, percebe-se as diversas subjetividades que se escondem entre cada vão construído, para além da superfície e de sua materialidade, e é nesse sentido que se lança mão do paradigma indiciário. Como uma espécie de exercício a ser proposto, é preciso não apenas enxergar, mas observar os rastros de significado, fugir daquilo que salta perante aos nossos olhos, para tanto, é necessário conectar-se com a intimidade oferecida pelos inventários durante o momento de morte dos sujeitos históricos que aqui se farão presente enquanto possuidores de um patrimônio familiar e pertencentes à elite local sertaneja.

Compreendendo a casa como um local completo de significado, no qual tudo o que a constitui — seu desenho, as paredes, janelas e portas — possui sentido, não apenas no viés arquitetônico, em como se pensou a divisão da mesma ou com quais materiais foram construídas, mas na sua própria imaterialidade, é um ambiente ambíguo. A sua ambiguidade reside na forma como se encara a própria casa, seja como um lugar que oferece descanso, segurança, afeto, e também, que aprisiona ou segrega. O que se constata é que, seja qual for o sentido atribuído, a casa se configura enquanto um lugar de fronteira<sup>2</sup>, em que une e separa simultaneamente, de igual forma serve de ponto de convergência para diferentes modos de ser, pensar e agir.

Embora o recorte trabalhado contemple as casas e a documentação do século XIX, a casa como um espaço de fronteira é algo que se comprova como atemporal, isso ficou bastante evidente quando, devido à pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 (COVID-19), a população mundial teve que cumprir isolamento social dentro de suas casas. Dessa forma, os nossos lares se tornaram, mais que nunca, sinônimo de proteção, refúgio, segurança, e ao longo dos meses, conforme a pandemia se agravava, foi espaço para conflitos, para o sentimento de aprisionamento, de luto, tristeza, desesperança, resiliência.

Ambientes cambiaram de significado, onde outrora foi um quarto vazio ou de descanso se tornou um escritório, lugar de estudos ou de pintura; quadros mudaram de lugar, decorações foram trocadas, objetos de uso doméstico foram adquiridos, no entanto,

---

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. A casa como universo de fronteira. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 2004.

algo se manteve estável ou intocável, os limites fronteiriços que apenas um lar pode oferecer.

Percebe-se, dessa forma, que por mais que as construções físicas passem por mudanças temporais ou estilísticas, a casa se constitui quase como um ambiente imutável no que se pode oferecer, seja em forma de sentimentos, emoções ou funcionalidade. Talvez, a subjetividade encontrada na materialidade seja um dos únicos elementos dentro da construção, que não sofrem com as variantes do tempo.

As casas históricas sempre foram objeto de fascínio desde a infância da autora, próximo ao dia de comemorar o dia da cidade ou o aniversário de algum personagem histórico local, sempre aconteciam passeios oferecidos pela escola, era algo que enchia os olhos, o coração e a imaginação da criança que hoje aqui escreve, os passeios e as histórias tradicionais despertavam a curiosidade de saber como a cidade funcionava séculos atrás, como se davam as relações, quais as teias de sociabilidade, pressuporia se o traçado da cidade refletia o mesmo de outrora.

No entanto, anos mais tarde e no momento de traçar a sua própria trajetória acadêmica, despertaram-se outras paixões, entre elas, o urbano, os inventários *post-mortem* e as documentações complementares, tais qual sumário de culpa, atas de audiências, processos crimes, com as quais não se prolongará a análise nesta pesquisa, mas que são igualmente promissoras enquanto testemunho e instrumento de estudo que podem contribuir para produção da historiografia local.

O contato com as fontes documentais manuscritas se deu durante a participação enquanto aluna voluntária do projeto de pesquisa “*Cidade(s) Inventariada(s): cultura material e redes familiares em Cajazeiras - PB (1876-1900)*”<sup>3</sup>, e que foram encontrados na 2º Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Junior, com o qual o foco da pesquisa era o estudo das redes familiares e de sociabilidade, e a análise da cultura material. Os inventários *post-mortem* são processos judiciais elaborados no contexto da morte de um indivíduo, em que o processo poderia ser aberto por familiares, geralmente marido ou esposa, em caso de falecimento de ambos, os parentes mais próximos, como filhos.

---

<sup>3</sup> Sob orientação da Prof. Dra. Viviane Gomes de Ceballos, vinculado à Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS/CFP/UFCG)

Geralmente, os inventários podiam ser acompanhados de carta testamentária, que era a documentação responsável por manifestar os últimos desejos do falecido, como por exemplo, como se procederia os ritos fúnebres ou o que seria feito com o patrimônio deixado. Quando acompanhado de testamento, o inventário obedecia ao que ali constava, em caso contrário, os bens deixados seriam listados, somados e partilhados, ficando metade para o meeiro ou cabeça de casal — marido ou esposa — e o restante era dividido entre filhos ou parentes próximos.<sup>4</sup>

Por contar com vasta quantidade de informações acerca dos atores sociais daquela localidade, este tipo de documentação se configura como um caleidoscópio de possibilidades de pesquisa, seja através do aparato judiciário, contando com os seus funcionários públicos que ora aparecem enquanto servidores da lei e do Estado, ora aparecem como sujeitos que acabam de perder seus entes queridos; pela análise da cultura material quando dá-se conta da quantidade de bens possuídos, não diretamente ligado ao valor monetário, mas ao simbólico que, ligava-se de forma estrita ao *ethos* social; e até mesmo, a trama urbana que abraça a narrativa dos personagens históricos e de seus feitos.

A construção das casas e prédios, principalmente durante o século XIX, obedeciam à uma lógica da recente modernidade que aos poucos chegava e se instalava ao redor do globo, fruto do processo de industrialização e das mudanças empreendidas nas relações sociais a partir do desenvolvimento do capitalismo. Esta atmosfera permeada de símbolos modernos era percebida de forma mais nítida nos grandes centros, onde os limites que separavam o meio urbano do meio rural eram melhor definidos.

Atentando-se a isso, se reflete como que esse processo se daria em cidades de províncias que não possuíam em si, os maiores expoentes de desenvolvimento. Sobre isso Mary Del Priore (2016, p. 99) afirma que “Recife — como aconteceu com outras cidades do Império — não foi atingida por mudanças como se é pego por um raio. O ambiente, as práticas e sensações rurais continuavam mesmo dentro dos sobrados urbanos.” E

---

<sup>4</sup> TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários *post-mortem*: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. Mal-estar e sociedade – Ano V, n.8, Barbacena – janeiro/ junho 2012, p.63-83.

completa compartilhando do pensamento de Gilberto Freyre, no qual diz que o Norte era antes “rurbano” do que urbano, ou seja, não existia linhas de distinção nítidas.

Embora possamos aplicar o conceito de “rurbano” de Freyre ao município de Cajazeiras no século XIX, isso não é por nenhum momento algo que determina e/ou propõe conclusões que encerram o debate sobre as relações empreendidas neste universo sertanejo, de maneira oposta, como dito ao começo deste tópico, nos provoca a descobrir pistas e rastros que em si se aproximam ou distanciam das hipóteses que aqui serão levantadas.

Ao lançar mão das temáticas trabalhadas acerca da cultura material, da utilização dos inventários *post-mortem* como indicadores de riqueza de uma elite social, e até mesmo, dos indícios de modernidade para as sociedades em questão, encontra-se na historiografia, em grande parte, uma história ou elementos históricos que se diferem e se distanciam do universo sertanejo da cidade de Cajazeiras.

Mostrando também que, a escrita da história, seja ela qual for, não deve ser utilizada como um modelo histórico em que se deve combinar ou encaixar os rastros e informações encontradas na documentação para este recorte. Para tanto, esse parece ser o primeiro pressuposto a ser compreendido pelo historiador, e o primeiro “erro” que não deve ser cometido, o de replicar as narrativas como provas que corroborem uma história verdadeira e absoluta. Uma história irrefutável não existe, aqui, lida-se com as ações do homem no tempo, como diria o historiador Marc Bloch<sup>5</sup>, e para tanto, dificilmente calculadas e homogêneas.

Faz parte da pesquisa histórica perceber que, em alguns momentos, a sociedade com a qual estamos lidando se distanciam das elites políticas e sociais dos grandes centros, isso não as torna menos importantes para o estudo, pelo contrário, mostra que para cada universo social existiam dinâmicas e conexões – sociais, políticas e culturais – diferentes, e que bom, que se tem a oportunidade de estudá-las, aproximando-as quando possível e diferenciando-as a partir das análises propostas.

Dessa forma, para o primeiro capítulo desta pesquisa *Além do que se vê: uma leitura sobre o ser e o fazer na cidade de Cajazeiras, PB*, propõe-se caminhadas por uma cidade bastante popular dentro da história tradicional e memorial, feita em grande parte,

---

<sup>5</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

pelos filhos e filhas desta terra, e que por alguns momentos, tomados pela paixão acabam por elencar narrativas diretamente ligadas às suas famílias, sem se ater às análises rigorosas dos fatos históricos e dos respectivos sujeitos históricos. E que acabam, por fim, criando os mitos de origem da cidade e dos seus fundadores.

Encarando a história tradicional da cidade, busca-se fazer um contraponto a partir de estudos já realizados, que oferecem um contato com uma cidade que trilhava o seu rumo para a modernidade, ainda que muito timidamente, e para o desenvolvimento das relações comerciais com as praças comerciais mais próximas, como as de Recife e Fortaleza. Como dito anteriormente, a utilização da historiografia como uma fonte histórica, se coloca como um ponto de apoio para que se possa estabelecer elementos que se aproximam e se distanciam a partir do que foi encontrado na documentação histórica, e que tenham por principal objetivo, a compreensão da cidade em sua complexidade. Sendo nesse sentido, possível reconhecer como importante toda e qualquer forma de narrativa, seja esta oral, memorialística e/ ou tradicional, para a construção da pesquisa sobre o sertão cajazeirense.

Uma espacialidade complexa, por não poder se dizer completamente urbana, porque não contava com todos os elementos que a caracterizariam como tal, e tampouco como rural, por se constituir, também, como uma praça comercial de médio porte que fazia ponte com as localidades mais próximas, sendo capaz de trazer e influenciar modas. Neste capítulo, se procura “fundar” bases que contextualizem o universo social que envolviam os personagens históricos encontrados na documentação, e que ajudem a pensar um pouco sobre as dinâmicas que envolveriam, também, a cultura material dessa pequena elite.

Além da cidade ser colocada como foco de estudo, apresenta-se também a fonte documental utilizada, onde foi localizada, quais os métodos de leitura e análise dos dados, e de qual forma ela descortinava um universo bem mais complexo e rico em detalhes do que já havia se conhecido, até então, com o auxílio da narrativa tradicional. Os inventários mostram-se uma documentação plural, cuja utilização favorece o estudo de diversas abordagens históricas.

A partir do patrimônio encontrado na documentação, para o segundo capítulo intitulado *Inventariando a cultura material nos sertões*, pretende-se reconhecer quais tipos de bens eram incorporados na categoria de bens de raiz, caracterizando-os e



diferenciando-os, incorporando na discussão os estudos acerca da cultura material. Como por exemplo, o que estes bens eram capazes de revelar não somente dos seus possuidores, mas de si, da sua importância para a transmissão da herança, e até mesmo, o que revelava da sua própria avaliação.

Dentro desta discussão, observou-se também, os aspectos físicos destes bens, onde estavam localizados, se na zona rural ou semiurbana, se estavam acompanhados ou não de benfeitorias que poderiam agregar ao valor atribuído. A discussão acerca da dimensão material permite corroborar hipóteses inicialmente levantadas, como a importância da relação das zonas rurais e urbana na cidade e para os seus habitantes, o desenvolvimento do comércio, não apenas com outras provinciais, como também entre as localidades próximas e os seus moradores, a partir do reconhecimento da presença de casas comerciais e das feiras públicas, que vinham a ser um dos palcos de sociabilidade daquela sociedade.

Por fim, o terceiro capítulo *O patrimônio de pedra e cal: a casa documentada*<sup>6</sup> estabelece uma visão da casa que vai além da sua estrutura física, ainda que esta perspectiva também esteja contida na discussão, observa-se a construção como um espaço de fronteira, logo de conflitos, entre o público e o privado, entre os ambientes internos e externos, o rural e o urbano. Em que o seu próprio desenho, divisão interna e externa, revelava aspectos dos seus moradores, assim como, do cotidiano sertanejo.

A casa, além de ser um lugar que oferecia elementos de conforto, familiaridade e intimidade, também demonstrava ser um ambiente permeado por escolhas que outrora foram conscientes, e que o com o tempo foram obedecendo às estilísticas, como a presença de quartos e alcovas conjugados, que tinham por principal objetivo a proteção da honra das figuras femininas. Com o decorrer do tempo, as funcionalidades cambiaram, vãos foram adicionados para servirem aos aspectos estritamente relacionados à sociabilidade dentro das pequenas elites.

Dessa forma, o trabalho foi construído buscando a compreensão acerca do universo material dos sertanejos, observando o patrimônio possuído e o que ele representava, utilizando-se da cultura material e os seus métodos de análise. Assim como,

---

<sup>6</sup> Ainda que se utilize a nomenclatura “pedra e cal”, em nada tem haver com a discussão patrimonial estabelecida para os tombamento do patrimônio material de pedra e cal.

do universo social, conhecendo os personagens históricos encontrados na documentação, e as suas práticas do/no espaço.

## CAPÍTULO 1 -

### ALÉM DO QUE SE VÊ: UMA LEITURA SOBRE O SER E FAZER NA CIDADE DE CAJAZEIRAS, PB

Se constituindo ante enquanto uma história social ou cultural, cujo foco reside na história das “coisas”, dos objetos, das casas históricas e seus significados, bem como, das pessoas que deram cor ao termo do “bem viver” e do “bem morrer”, o presente trabalho chama à atenção para a importância da leitura da cidade. Entendendo que, talvez, aos olhos dos historiadores e pesquisadores deste campo de saber, tal fato se apresente como óbvio, mas não o é, sabendo que por diversas vezes a cidade é situada na pesquisa apenas como um palco principal para os personagens históricos. A trama urbana nem por isso deixa de ser um palco porque, de fato, é onde reside as práticas do e no espaço, mas isso não a estanca dentre os seus vários significados e de sua importância para o entendimento dessas mesmas práticas.

As discussões acerca da cultura material implicam na percepção do universo no qual ela está inserida, talvez seja impraticável o desenvolvimento de um estudo sobre a dimensão material sem que ela esteja devidamente inserida em um recorte espacial e temporal, ou sem que se atente para as relações sociais, econômicas, políticas e culturais com as quais o possuir estava sendo atrelado. Para tanto, o aprofundamento sobre o estudo dos bens de raiz da cidade de Cajazeiras, PB no século XIX, não deve ser dissociado do entendimento das estruturas com as quais se relaciona e interage, como por exemplo a materialidade da cidade, a família e as esferas do poder.

Como anteriormente mencionado, o município de Cajazeiras se coloca, inicialmente, enquanto um universo para as práticas dos sujeitos históricos, pensar na composição do ser, viver e existir, por algumas vezes, se apresenta enquanto uma possibilidade de imaginar a cidade como uma espécie de globo de neve, em que se direciona o olhar de forma exterior àquela narrativa, enxergando o cotidiano acontecer como se estivesse olhando de cima, tal qual o *voyeur*<sup>7</sup> que observa à distância. Apropriando-se do exercício proposto por Michel de Certeau (1998), em seu texto *Caminhadas pela cidade*, neste presente trabalho pretende-se localizar o leitor enquanto

---

<sup>7</sup> CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Editora Vozes, 3º ed. Petrópolis, 1998.

os flocos de neve que caem dentro do globo de neve, podendo compor àquele cenário, assim como, circular entre as relações, os personagens e o lugar de práticas.

Transitar na cidade para melhor conhecê-la. Não se tem por objetivo aproximar o leitor ao máximo desta trama como um meio possível de se atingir um passado dito como verdadeiro, mas que se possa de fato compreendê-la em sua completude, desde seu traçado, aos seus signos e significados, sabendo que conhecer é, também, nomear. Se verá ao decorrer do capítulo como a cidade de Cajazeiras é retratada na historiografia local e como ela se delineava, de fato, ao longo do século XIX.

### **1.1 As ruas de outrora**

A história sobre a cidade e, grande parte do que foi escrito para historiografia, está diretamente ligada às famílias tradicionais, seus atores e às suas conquistas enquanto principais investidores e negociadores do desenvolvimento político e econômico do município. De tal forma que as narrativas construídas comumente giram em torno de imagens sobre figuras como a família Albuquerque e seus descendentes, o padre Inácio de Sousa Rolim e o seu investimento na educação.

Embora o distanciamento entre esta pesquisa e as formas de escrita sobre a cidade, a partir da visão tradicional e memorialística, não esteja entre os principais objetivos a serem alcançados pela autora, tal exercício se coloca como inevitável, para se dizer o mínimo. Isso se justifica através da ampliação e do aprofundamento na historiografia mais recente e da utilização dos inventários *post-mortem* e do cruzamento com outros tipos de documentações, com as quais permitem o conhecimento de uma Cajazeiras que vai muito além dos Albuquerque e Rolim, e até mesmo, do ensino escolar tradicional.

Ordenando os fatos de forma proposital, conforme os interesses de pesquisa, para este subtópico procura-se localizar Cajazeiras no contexto histórico de transmutação da categoria de vila para cidade na segunda metade do século XIX, recorte este que permitiu a utilização da fonte documental, inventários *post-mortem*, tendo em vista que a partir daquele momento se teria uma comarca e assim, o desenvolvimento e acúmulo de processos judiciais. E posteriormente, observar como se inseria a cidade nas relações territoriais e comerciais.

Ainda na segunda metade do século XIX, a cidade de Cajazeiras que até o ano de 1859 era apenas um distrito pertencente à cidade vizinha, Sousa, ganhou o título de cidade

através da lei provincial<sup>8</sup> n° 616 no ano de 1876. Situando-se na extremidade ocidental da então província da Parahyba do Norte, distando-se aproximadamente quatrocentos e setenta e cinco quilômetros (475 km) de sua capital. Devido a sua localização geográfica, a cidade de Cajazeiras faz divisa com alguns estados nordestinos, como o Ceará e o Rio Grande do Norte, ficando próximo também do sertão pernambucano. E que, como se demonstrará posteriormente, será um fator benéfico para a construção e o desenvolvimento das relações comerciais entre as cidades, e também, entre as províncias. O firmamento dessas relações aconteceu de tal forma que Cajazeiras se tornaria mais próxima comercialmente, e até fisicamente, da capital da província do Ceará, Fortaleza, se tornando uma das principais praças de importação de produtos para o município.

Sobre isso em sua tese intitulada *Na cidade da Parahyba, o percurso e as tramas do moderno (1892-1928)*, Osmar Luiz da Silva Filho (1999) procura estudar a chegada e o desenvolvimento da modernidade em cidades como João Pessoa e Cajazeiras, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Dessa forma, com base na documentação utilizada, na historiografia e em relatos memorialísticos, ele afirma que Cajazeiras, por volta dos anos de 1920, já possuía pontes de influência com a capital cearense, lançando e se tornando ponto de referência dos costumes modernos no sertão.

Em trecho retirado de um dos depoimentos coletados para a construção da tese, Silva Filho (1999) tem a sua afirmação corroborada quando fala das relações comerciais entre a capital cearense e o sertão paraibano, como veremos a seguir, “Cajazeiras era uma cidade que parecia muito que tinha uma gente vaidosa. Era uma cidade que imitava muito a capital. Era um povo que sabia se vestir e a orientação era mais de Fortaleza (...) Até José Américo dizia que Cajazeiras era uma cidade que tinha ares de capital (Dona Maria Sobreira, 382-A *apud* SILVA FILHO, p. 10, 1999)”<sup>9</sup>

Quando nos deparamos com a necessidade de lidar com a memória individual ou coletiva, devemos ter em mente enquanto pesquisadores, alguns elementos sob as quais a história oral está submetida, como por exemplo, a subjetividade do indivíduo e o lugar social o qual ele está inserido, e para tanto, as intencionalidades por trás do discurso

---

<sup>8</sup> Era de responsabilidade da Assembleia Provincial Legislativa a criação de leis, decretos e regulamentos no plano regional, representados pela elite política local. O que outrora era de domínio do Governo Central, através do Ato Adicional, passa a ser do caráter desta instituição, que incumbia criar novos termos e paróquias, elaborar orçamento da província, etc.

<sup>9</sup> A catalogação da depoente com números e letras diz respeito aos lados A e B das fitas cassetes, e ao intervalo de tempo que aparece no display, com a autoria de Osmar Luiz da Silva Filho (1999)

proferido. Isso significa dizer que, a utilização da memória como fonte histórica é de extrema importância, principalmente, quando envolve momentos históricos com pouca documentação escrita, mas que deve ser utilizada com o objetivo de se compreender ao máximo uma versão possível de um determinado contexto histórico, e não de se chegar a uma verdade absoluta.

Sabendo disto, e utilizando a fala de Dona Maria Sobreira, percebe-se que os moradores da cidade de Cajazeiras, segundo a perspectiva da mesma, eram sujeitos muito vaidosos, que prezavam por sua aparência e que, apesar de se localizarem no sertão, longe dos centros urbanos daquela época, eles conseguiam acompanhar as tendências do momento. Quando se analisa o trecho da fala de Dona Maria, percebe-se que certamente, os sujeitos históricos eram pertencentes às famílias possuidoras de bens, tendo em vista que os produtos vindos de fora, como tecidos por exemplo, custavam caro e eram de difícil acesso.

Dessa forma, entende-se que para cada exercício de rememoração existe algo que é deixado para trás, e sendo assim, é esquecido. É neste sentido, quando acima se fala sobre as intencionalidades que se escondem por trás de um discurso, que de certa forma podem se constituir de forma consciente e também inconsciente. Ao trazer as vivências da elite local, Dona Maria lega ao restante da população o lugar do esquecimento, e isso ainda que seja uma limitação, não se constitui como uma problemática para esta pesquisa.

Tal fato se justifica porque quando falamos em inventários *post-mortem*, implica dizer que os sujeitos encontrados na documentação fazem parte de uma parcela muito pequena da população, aqueles que possuíam bens o suficiente para serem partilhados e que, arcar com as custas do processo não subtrairia de forma relevante, o patrimônio familiar herdado. Posteriormente, falaremos com mais detalhes sobre esta documentação.

Como em caminhadas turísticas pela cidade, à medida que se depara com algo que prende a atenção, pausa-se um pouco para admirar ou escutar aquilo que se tem a dizer sobre aquele monumento ou lugar, é dessa mesma forma que acontece durante os “passeios” propostos pela cidade de Cajazeiras, pediu-se licença para incorrer por dentro da memória e dos passeantes da cidade, a nível de se compreender a complexidade da trama, como foi proposto acima.

Dando continuidade às caminhadas, a partir dos estudos desenvolvidos para a sua tese, Silva Filho (1999) descobre uma Cajazeiras caminhando de forma muito tímida para os “braços” da modernidade, observando-se isso de forma acentuada, principalmente, após a chegada do século XX, quando também nos anos 20, as tendências chegam e se propagam com certa prosperidade. Talvez isso nos leve a questionar se ao falar da cidade e de sua população, em tempos diferentes, afetaria de alguma forma a nossa pesquisa e os resultados.

Longe de simplismos ou determinismos, a resposta certamente seria não, como assim veremos. Quando o assunto é história, as idades e tempos históricos não se iniciam e se encerram obedecendo a um tempo cronológico, como bem se sabe, entre períodos históricos distintos não existe uma linha nítida que os separa, quase sempre haverá reminiscências, ou como se fala entre os pares, existirá continuidades e descontinuidades. Dessa mesma forma, as relações comerciais e sociais entre o sertão paraibano e as capitais das províncias apesar de terem se estreitado em um dado momento, elas não se cultivaram dentro do nada, mas existiam antes de perceberem o desenlace materializado, através de uma circulação de mercadorias, por exemplo.

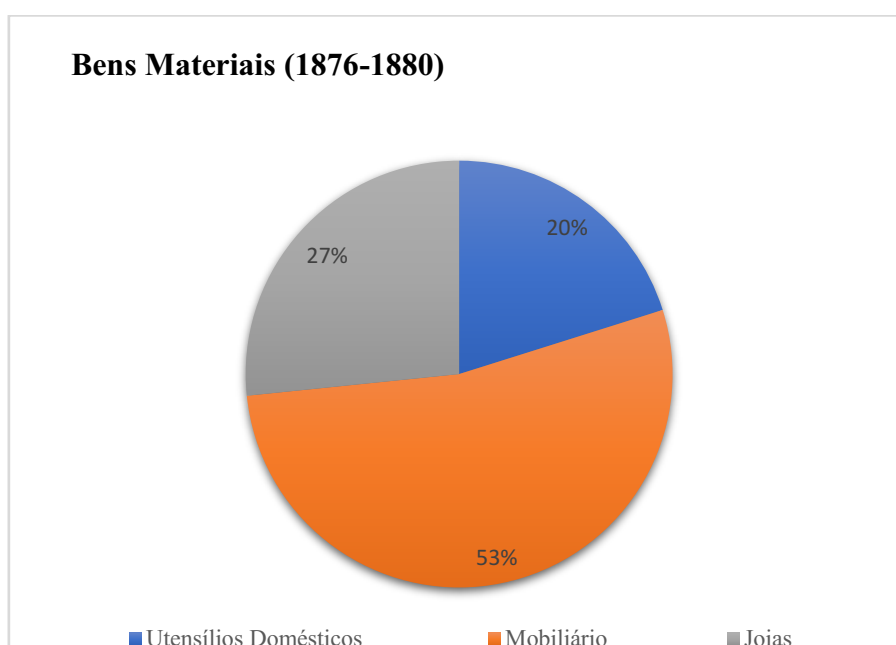
Ao analisarmos os inventários referentes aos anos iniciais da pesquisa, que se distancia em pelo menos quarenta e quatro anos dos anos finais referentes ao recorte temporal da tese de Silva Filho (1999), percebe-se que já havia uma cultura material estabelecida para aquele momento, marcada pela presença de bens semoventes, claro, com a presença de animais e escravos, e também, utensílios domésticos, mobiliário e joias, que certamente vinham de fora. O comércio de importação desses bens não necessariamente vinha de fora do país, mas em muitos dos casos, de fora de sua província. Dentre os bens inventariados, podemos encontrar *castiçais de vidro* (3.200 reis), *redomas de ouro com parte em vidro* (21.000 reis), *talheres de prata* (7.500 reis), *bacia de louça branca pintada* (1.000 reis), etc.

Os inventários post-mortem possibilitam a quantificação a fim de se chegar à qualificação da cultura material daquele período, sendo possível perceber que não era comum a todas as famílias sertanejas obter a posse de bens, como algumas cadeiras velhas ou uma mesa grande de cedro, e até mesmo um jogo de baús. Embora no tempo presente ou através de um olhar não educado acerca da cultura material, esses itens possam parecer

ordinários ou simplórios, eles não o são, justamente por não serem de fácil obtenção, e sendo assim, implicando no valor simbólico e social oferecido perante àquela sociedade.

Com o auxílio das fichas de exploração elaboradas a partir das leituras dos inventários, produziu-se um gráfico para os anos de 1876-1880 com o objetivo de demonstrar a presença dos bens mencionados acima, e de que, para constarem como parte do espólio desses indivíduos, tinha que haver necessariamente um comércio ou uma circulação de bens, entre as províncias, e efetivadas através das casas de comércio ou de negociantes específicos.

**Gráfico 1 - Os bens Materiais (1876-1880)**



Fonte: Inventários *post-mortem* 2º Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Junior (1876-1880)

É válido mencionar que, ainda que se chame a atenção para o patrimônio que se expressa através dos utensílios domésticos, joias e mobiliário, esses não são os únicos bens encontrados nos inventários lidos, há também a presença de bens semoventes, bens de raiz, equipamentos de trabalho, assim como, outros diversos dados que podem ser extraídos dessa fonte rica em informação e que, posteriormente, será discutida com mais profundidade. Sendo possível observar tudo o que diz respeito aos inventários, nas fichas



de exploração produzidas durante o projeto de pesquisa<sup>10</sup>, e os itens utilizados para a produção do gráfico podem ser consultados nas tabelas 1, 2 e 3<sup>11</sup>, respectivamente.

Na documentação também é possível observar a presença de alguns desses comerciantes importantes na cidade, como por exemplo, o *Vital de Sousa Rolim, Sabino de Sousa Coelho e filho*, e o negociante *Francisco Biserra de Sousa*, que em alguns inventários utilizados para este gráfico, aparecem na seção de dívidas deixadas pelos inventariados, enquanto credor, ou seja, como um indivíduo que oferece bens ou dinheiro como empréstimo. A exemplo, no inventário de *Manoel Eufrázio de Sousa*<sup>12</sup> e de sua mulher, *Maria Custódia de Jesus* (1880), existem dívidas nas custas de 246\$000 devidas a *Sabino de Sousa Coelho*, a *Vital de Sousa Rolim* (181\$700) e ao *Francisco Bezerra de Sousa* (190\$240).

Em recorte posterior ao trabalhado nesta pesquisa, encontrou-se entre a documentação do ano de 1902, uma nota de compra de mercadorias pertencente ao *Sr. José de Salles do Nascimento*, comprovando que comprara itens na casa de comércio de *Vital de Sousa Rolim*, demonstrando como as relações comerciais continuaram a se desenvolver com esse sujeito à medida que os anos se passavam. Dialogando com Cláudia Martinez (2007), a qual estabelece relações entre a cultura material de Bonfim do Paraopeba, no século XIX, e a riqueza advinda do comércio e posse de escravos, ela abre destaque para a importância das casas comerciais para a circulação de bens materiais dentro daquela lógica, entre as famílias abastadas.

Nestas lojas as famílias podiam adquirir as “necessidades” e os desejos do dia-a-dia. O supérfluo e o básico mesclavam-se ali aos artigos e objetos como “ferragens, pregos, meias finas, alpaca fina, metros de galão (espécie de tecido), camisas de linho, chita, chapéus, paletozinhos para crianças, mantimentos como farinhas, café, pílula Bristol, vinho do Porto, aguardente, maços de fósforos, sapatos para homens e senhoras brancos, sapatos para homens e mulheres pretos”. (MARTINEZ, p. 132, 2007)

Um outro fator importante para a compreensão das relações comerciais estabelecidas na cidade, é a feira pública, a qual servia de palco para a comercialização de produtos para a alimentação, troca e/ou venda de semoventes (animais e escravos), e

---

<sup>10</sup> Intitulado “*Cidade(s) Inventariada(s): cultura material e redes familiares em Cajazeiras - PB (1876-1900)*” sob orientação da Profa. Dra. Viviane Gomes de Ceballos

<sup>11</sup> Ver apêndice

<sup>12</sup> Inventário referente ao ano de 1880, identificação da ficha: (1880\_2)\_(Manoel Eufrázio).

servindo também de espaço de encontro para toda a gente que morava na zona semiurbana<sup>13</sup> e na zona rural.

Expondo que, “aos sábados, a “feira-livre”, numa das praças centrais da urbe, dá um cunho acentuadamente sertanejo quando verificamos os hábitos e as feições dos indivíduos que vendem e transitam por ela.” (SILVA FILHO, p. 10, 1999), percebe-se que por muitos era um dia bastante esperado, tendo em vista que essa era uma oportunidade de socialização, e também de trabalho. Marcada por continuidade e descontinuidades, as feiras livres do sábado são importantes até o presente, e muita da mescla dos tempos passados, ainda permanece.

Enquanto a documentação utilizada nos revela um universo com o qual coexistem todas as camadas sociais, mas que se descortina de forma mais nítida a participação de sujeitos ligados à elite local, o conhecimento acerca da pequena urbe oferece um panorama das práticas na cidade vindas de todos os seus habitantes, principalmente, quando se coloca em discussão a existência das feiras públicas. Sendo nesse sentido a importância de se acionar a porta, conceito incorporado da historiadora Maria Stella Bresciani (1991), que possibilita entrever a cidade enquanto uma espacialidade física, e também, um lugar permeado pela subjetividade.

Para tanto, refletir sobre a cidade de Cajazeiras no século XIX, enquanto espacialidade e também como um tecido que pulsa vivências, dos acontecimentos grandiosos às práticas ordinárias do cotidiano, implica conceber uma cidade que em nada se define, ao contrário, se constitui como um emaranhado de contradições. Ela não se estanca de significados e significações, não é uma cidade caracterizada majoritariamente por elementos rurais, e tampouco urbanos. No entanto, sabe construir pontes recíprocas entre diversas espacialidades, sem perder de vista a sua importância como um lugar de trocas, no meio social, econômico e político, como se comprova através dos inventários.

Se a compreensão sobre a complexidade de significações sobre a cidade de Cajazeiras se torna viável, isso se justifica através da utilização da historiografia, e claro, da documentação primária desta pesquisa, que como trazido por Magalhães (1989) se coloca como uma câmera indiscreta em nossas mãos que permite vasculhar o mobiliário,

---

<sup>13</sup> Conceito que busca localizar esta espacialidade enquanto uma zona que possui características comuns às zonas rurais e urbanas. Ver OLIVEIRA, Adriana Vaz de. A casa

o vestuário e os meandros da casa, sendo necessário que se conheça também de forma aprofundada um pouco mais sobre a fonte, os seus limites e possibilidades.

## **1.2 As curvas que guiaram até aqui: os inventários *post-mortem***

A escrita da História, sob olhar atento dos moldes positivistas, deveria acontecer da seguinte maneira ao longo do século XIX, primeiramente baseada em uma fonte histórica escrita e oficial; em segundo lugar, o trato com a fonte deveria ocorrer de forma objetiva e metodológica, isto é, os fatos históricos eram submetidos a critérios metodológicos e quantitativos como forma de comprovação factual. Não cabendo ao historiador, enxergar e compreender a documentação, o seu *métier* mais tinha haver com a sua capacidade de transcrever a história documentada.

Deixando-se levar nas correntezas dos ventos que construía uma nova História, de igual maneira científica e comprometida com a escrita, o século XX vai ser marcado pela introdução e desenvolvimento de movimentos historiográficos que permitiram a visualização de uma história feita, não apenas para narrar fatos e acontecimentos, mas que trouxessem a tônica de se compreender quem fazia a história, a partir de qual lugar social e com quais propósitos. Não se cambiou os usos da documentação escrita e outrora dita oficial, se assim fosse, este trabalho não teria uma estrada a percorrer, mas se mudou a forma de ver a história. Educou-se o olhar, e não as fontes históricas, que por sua vez, foram expandidas.

Buscando pistas deixadas por nossos personagens históricos, encontrou-se na 2ª Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Junior, localizado na cidade de Cajazeiras, os inventários *post-mortem*, que foram selecionados e digitalizados para, posteriormente, servirem de base documental para o projeto de pesquisa “*Cidade(s) Inventariada(s): cultura material e redes familiares em Cajazeiras - PB (1876-1900)*”<sup>14</sup>, o qual a autora teve a oportunidade participar enquanto aluna voluntária durante o período de 2018-2021, e que a envolveram de forma tão intensa a ponto de culminar no desenvolvimento da presente pesquisa.

Inicialmente, o primeiro contato com esta fonte documental pode ser bastante desafiador, sendo justificado, principalmente, por dois fatores: a escrita manuscrita

---

<sup>14</sup> Sob orientação da Prof. Dra. Viviane Gomes de Ceballos, vinculado à Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS/CFP/UFCG).

característica do século XIX e o estado físico em que se encontra a documentação. De tal forma que exige do pesquisador o cuidado minucioso ao se deparar com a fonte histórica, em caso de não estar digitalizada, e do conhecimento mínimo acerca da paleografia.

Superadas as dificuldades iniciais, este tipo de documentação primária se comporta como um caleidoscópio, em que a cada página lida se revela um universo surpreendente, mas de forma alguma, fantasioso ou fictício, e que a cada lente apontada, se torna possível a montagem de diversas imagens em um grande painel<sup>15</sup>, e por imagem entende-se versões igualmente possíveis e verossímeis, objetivando não a escrita de uma única história verdadeira, mas o entrelaçado entre várias montagens.

O processo de montagem, desmontagem e remontagem compõe diferentes constelações. Trata-se de uma forma complexa, de “caráter híbrido”, de produzir conhecimento “contra toda pureza epistêmica”, uma compreensão sinóptica que cruza diferentes campos e disciplinas e que não pode ser engessada como uma simples metodologia operacional. O importante não seria qualquer tipo de resultado fixo, mas sim o próprio processo aberto, uma renúncia do fixar. (JACQUES, 2018, p. 212)

As fontes cartoriais, como testamentos e inventários, são importantes instrumentos de estudos e dos quais os pesquisadores podem lançar mão ao se debruçar nos estudos acerca da história urbana, social e cultural. Configuram-se como documentações riquíssimas em informações e que se diferenciam quanto ao momento de produção, enquanto os testamentos são produzidos ainda em vida, procurando atestar na carta testamentária as vontades ou últimos desejos de um indivíduo, no que concerne ao que fazer com a herança deixada e como proceder nos ritos fúnebres. Por outro lado, os inventários *post-mortem*, como implícito na nomenclatura, são feitos após a morte de um indivíduo, podendo obedecer a um testamento ou não.

Ambas documentações se caracterizam por serem meios legais de efetivarem a transmissão dos bens materiais entre os devidos herdeiros, isso significa que, por vias judiciais, ficava determinado pelo *juis de orphãos* que os herdeiros (mãe, pai, filhos ou cabeça de casal) ou co-herdeiros (maridos, tios, etc) do falecido receberia a parte que lhe tocava, e dessa forma, se tornava possível o acúmulo de riqueza e formação do cabedal familiar entre os abastados.

---

<sup>15</sup> Ver JACQUES, Paola Berenstein. Pensar por montagens. IN: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I - modos de pensar. Salvador, EDUFBA, 2018.

Obedecendo às normas das Ordenações Filipinas<sup>16</sup>, as questões acerca da transmissão de bens se tornaram presentes ainda no período colonial, quando havia a preocupação da transmissão das capitâneas hereditárias, para que continuassem com o seu desenvolvimento, sendo os inventários e testamentos uma forma legal de comprovarem o direito que se tinha sobre aquele patrimônio, sendo ele qual for. Isso significa dizer que, por vias judiciais se assegurava que os bens deixados em vida teriam a destinação correta, sendo partilhados entre os herdeiros legítimos. Ficando determinado pelo código filipino que os bens deixados seriam divididos de forma igualitária entre os seus herdeiros, independente do sexo ou idade, em casos da não existência do testamento.

Nesse sentido, nos inventários post-mortem, a partilha acontecia de duas formas, a primeira parte da herança era direcionada à cabeça de casal, ou seja, ao homem ou mulher que formava a metade do casal, e que, geralmente, aparecia na documentação também enquanto inventariante; a segunda parte, sendo os valores semelhantes, era destinados aos filhos do casal, sendo repartido em partes iguais de acordo com a quantidade de filhos. No caso da não existência de descendentes, a herança iria para os ascendentes do inventariado, podendo ser os seus pais ou parentes vivos mais próximos.

Constituindo-se como um limite da documentação, os sujeitos encontrados nos inventários faziam parte de uma pequena parcela da população, a elite local. Isso pode ser justificado pelas altas custas que precisavam ser investidas para a produção do documento, sendo assim, era necessário que se possuíssem bens materiais suficientes com os quais os valores atribuídos, no momento da avaliação do patrimônio, ultrapassassem as custas totais do processo. Sendo assim, quando se fala sobre pesquisa a partir desta fonte documental, fica implícito quais sujeitos históricos se sobressaem, no entanto, é possível notar a presença das demais camadas sociais a partir do cruzamento dos inventários com as documentações complementares.

Nesse sentido, comumente os inventários são utilizados como base documental para análise da cultura material de uma determinada época e localidade, trazendo consigo uma grande quantidade de informações acerca dos bens, quais tipos de riqueza era encontrado naquele montante, se havia animais, escravos, mesas de jantar, vestimentas,

---

<sup>16</sup> Conjunto de normas resultantes das reformas empreendidas por Felipe II da Espanha durante o período da União Ibérica, o Código legislou o Brasil do ano de 1603 até a promulgação do Código Civil Brasileiro, no ano de 1916.

dívidas, o valor atribuído, etc. Observando as entrelinhas, conseguia-se analisar não apenas os pertences listados, mas o que o fato de possuir implicava na vida social e cultura daquele grupo, permitindo também, entrever o cotidiano, as disputas judiciais, as redes familiares e políticas daqueles sujeitos históricos. Sobre isso, Stanczyk Filho (2003) afirma que,

Vale dizer que os inventários post-mortem são de grande valia porque seu formato sofreu poucas alterações no correr do século XVI ao XIX e todos eles proporcionam aproximadamente o mesmo tipo de informação, permitindo assim comparações entre parentes, famílias e períodos. Deixam revelar, também, além dos bens que significam rendimentos, as questões da vida em família, as divergências, as disputas, os contornos afetivos das ligações dentro do lar e as amizades, que além das determinantes econômicas e sociais, influenciaram as estratégias familiares. (STANCZYK FILHO, 2003, p. 464)

Sendo uma fonte serial e quanti-qualitativa, geralmente, a leitura dos inventários requer a elaboração de um método para se lidar com a documentação, que possam auxiliar e facilitar o momento da leitura paleográfica e do levantamento das informações desejadas, como por exemplo, fazer a transcrição documental e elaborar uma ficha que possa abrigar todo os dados encontrados.

Com o fichamento da documentação, se torna possível a fácil visualização dos dados contidos nos inventários, como já mencionado anteriormente, os inventários trazem consigo uma ampla quantidade de informações no que diz respeito aos nomes de todos os indivíduos envolvidos no processo, o inventariado e inventariante, os nomes dos herdeiros, os sujeitos que faziam parte do aparato judicial, como juízes, oficiais de justiça, louvados (avaliadores), etc. Permitindo também, a visualização e análise das riquezas acumuladas ainda em vida, e partilhadas no momento pós-morte do inventariado.

A permissibilidade da investigação pelas riquezas das famílias da elite sertaneja, através dos inventários, proporciona a percepção de uma cultura material única e característica do Brasil do século XIX, em que o possuir se coloca como um lugar de fronteira (SILVA, 2013), não apenas entre os mais abastados e as camadas mais pobres, mas também dentro do seu próprio círculo social e econômico. Os níveis de riqueza expressados através da cultura material, são medidos e analisados para além do seu valor monetário, tendo em vista que, a circulação de cédulas monetárias não era tão comum naquele momento. Dessa forma, torna-se necessário analisar o que cada objeto possuído

implicava perante aquela sociedade, e quais os critérios definidores do *ethos social* daquele grupo.

Para tanto, os inventários post-mortem juntamente com a historiografia são elementos imprescindíveis para os estudos acerca da cultura material do século XIX, na cidade de Cajazeiras. Tentando tocar em uma realidade paralela não conhecida por nós de fato, e construir uma história que se diferencia da tradicional, com os seus nomes e sobrenomes que carregam o peso da sua própria importância, centrando-se nos sujeitos sociais e nas suas práticas cotidianas dentro desta pequena urbe percebidas através da documentação.

## CAPÍTULO 2 – INVENTARIANDO A CULTURA MATERIAL NOS SERTÕES

Durante algum tempo, as discussões teóricas e historiográficas centraram na cultura material a única função de mediar o estudo sobre a história das coisas, ou seja, sobre os objetos materiais e suas funcionalidades. De maneira que, a cultura material era vista como uma fonte secundária ou complementar, utilizada pelos pesquisadores de diversos campos — antropólogos, sociólogos, arqueólogos, etc. —, como uma forma de se comprovar ou corroborar o que se encontrava, inicialmente, em uma fonte primária.

Ainda que, como dito acima, a cultura material já viesse sendo utilizada como uma espécie de saber auxiliar entre as disciplinas, apenas a partir das duas últimas décadas do século XX, dá-se início às discussões teóricas e metodológicas acerca deste campo. Objetivando o entendimento sobre si, enquanto matéria, suas significações, de qual maneira poderia ser utilizada, quais critérios da dimensão material englobava, métodos de estudo, entre outros tópicos. Em *Mind in matter — an introduction to material culture theory and method*, o historiador da arte norte-americano, Jules David Prown (1982), atenta-se para como o termo cultura material manifesta-se e caracteriza-se enquanto polissêmico e ao mesmo tempo contraditório.

Em sua própria semântica, a cultura material se configura como contraditória quando combina as palavras “cultura” e “material”, sendo a primeira algo de difícil exatidão, pois a cultura é plural, principalmente quando datada espacial e temporalmente, se torna relativa e abstrata. Enquanto isso, o material se refere ao mundo físico, como próprio se demonstra através do nome, se torna capaz de identificar os seus aspectos mundanos independente de seu local de inserção, a sua materialidade permite ter cheiros, quebrar, sujar, envelhecer, etc. Por fim, se demonstra polissêmico porque possui a dupla função de expressar simultaneamente tanto um fenômeno histórico, quanto uma fonte documental para a sua própria compreensão.

Percebe-se que para a definição deste termo, ou melhor, para a forma como se encara o que é a cultura material de fato, varia de pesquisador para pesquisador, tendo em vista que nesse sentido, engloba o que ele enquanto indivíduo compreende por cultura<sup>17</sup>. No entanto, sem abrir espaço para contestação conclui-se, por fim, que a cultura material

---

<sup>17</sup> Ver REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos da cultura material. Anais do Museu Paulista. São Paulo, n. sér. v. 4, pp. 265-82, jan./dez. 1996.



é uma expressão da atividade humana, independente dos referenciais temporal e espacial, que são necessários para o trabalho, é uma clara manifestação da vivência humana.

Se a cultura material, enquanto campo de saber e fonte histórica, corresponde ao estudo dos rastros deixados pela humanidade, percebe-se que a mesma permite revelar não apenas os aspectos materiais dos artefatos, mas desvenda também significações que envolvem sua produção, funcionalidade, objetivos específicos e entre quais grupos era distribuída. O estudo dos objetos rasga o véu que encobre a relação chave dessa dinâmica cultural, a tríade objeto, indivíduo e ambiente.

Sobre isso, em outro artigo de sua autoria, o historiador Jules D. Prown<sup>18</sup> discute que a cultura material pode ser vista como a união de manifestações culturais, que de forma inconsciente, falam sobre a subjetividade dos indivíduos que criaram, produziram e compraram aquele determinado objeto. Abre-se espaço para evidenciar que, as manifestações culturais podem tangenciar os níveis materiais e imateriais, ainda que não se tenha como objetivo categorizar quais objetos de estudo se encaixam nessas categorias (materiais e imateriais), as análises que aqui se sucederam partiram da dimensão material.

Sendo assim, a partir das definições elaboradas pelo historiador da arte, haveria uma espécie de núcleo gerador de sentido, que como o próprio nome diz, seria responsável por atribuir sentido (crença, valores, ideias), muito provavelmente sendo composto por indivíduos, e de forma oposta, recebendo a atribuição de sentido, estariam os objetos. Dessa forma, não há como se pensar a cultura material de forma isolada, desvinculando-a do conjunto de práticas exercidas pelos indivíduos, e que, portanto, dentro de uma sociedade caracterizaria o seu próprio universo mental.

Enquanto analisa os valores culturais acerca das mesas de jogos nos Estados Unidos, PROWN (1982) percebe que os objetos são, também, capazes de revelar elementos comportamentais sobre si e sobre o período em que está inserido. Se tornando possível, por exemplo, estabelecer relações entre a cultura material e o gênero, ideais sobre autoridade, demarcação entre ambientes público e privado, etc.

Se o exercício de reflexão sobre a dimensão material permite perceber que existe um centro que irradia ou atribui sentido para os objetos, se faz necessário pensar onde ele

---

<sup>18</sup> PROWN, Jules David. The truth of the material culture: history or fiction. Winthethur Portfolio, vol.17, n.1, pp.1-19, 1982.

está sendo localizado espacial e temporalmente. Isso se justifica porque, ainda que a cultura material seja marcada pela sua “fisicidade”, os estudos sobre si pressupõem a compreensão além do mundo físico pelo mundo físico, ou seja, que não se coloque em pauta de reflexão apenas o objeto por ele mesmo, porque para variados contextos ele teria um significado diferente.

Por exemplo, certamente não seria coerente escolher dentro do patrimônio inventariado os talheres possuídos por uma determinada família do século XIX, com o objetivo de analisar e comparar a posse deste objeto no passado, a partir do presente. Para um olhar não educado dentro do campo da cultura material, talvez pudesse se pensar se algumas colheres e garfos realmente precisariam constar dentro de um patrimônio familiar a ser herdado, talvez até pudesse passar pela mente sobre quem gostaria de herdar um item que não possui valor algum no presente.

Como se sabe, os utensílios domésticos, tais como pratos de porcelana, faqueiros de prata, copos em materiais de vidro ou prata não eram facilmente encontrados, em alguns casos nem entre as famílias mais abastadas do Império, e até mesmo na cidade de Cajazeiras, nem entre as famílias das camadas mais pobres. Sendo este um dos elementos que contribuem e formam o seu valor cultural dentro daquela lógica, pois demarcam uma linha que separa e distancia os mais pobres dos mais ricos.

Para o espaço temporal que corresponde aos anos de 1876 e 1880, encontra-se entre os utensílios domésticos<sup>19</sup> listados nos inventários, a quantidade provável de treze talheres ou mais, sendo sete colheres de prata, avaliadas no valor de *4\$900* (quatro mil e novecentos reis); e seis colheres pequenas de metal, avaliadas no valor de *1\$200* (mil e duzentos reis). Existe ainda no montante de Anna Maria Bizerra<sup>20</sup>, a presença de garfos, avaliados na quantia de *1\$400* (mil e quatrocentos reis), no entanto, não é informada a quantidade encontrada, o que justifica a imprecisão no número exato de talheres inventariados.

Chama-se atenção para duas informações retiradas da documentação, a primeira diz respeito ao fato de que para os quatros anos (1876-1880) analisados, apenas no inventário da Anna Maria Bizerra que se encontra a presença de talheres. O segundo dado,

---

<sup>19</sup> Ver apêndice, tabela 1.

<sup>20</sup> Identificação do processo: 1876(3)processo(1)(CaixaAzul\_1867)\_.

busca apontar para a diferença dos valores monetários, entre basicamente as mesmas quantidades de colheres, sendo um ponto importantíssimo de análise dentro da cultura material, para além da sua função social, o reconhecimento do material com o qual o objeto era produzido, neste caso, a prata e o metal.

Para o campo de estudos da dimensão material, o valor dos artefatos deve se expressar, necessariamente, de duas formas, inerente ao objeto e de forma adquirida. O valor inerente seria correspondente ao valor monetário, podendo ser influenciado de forma positiva (maior preço) ou negativa (menor preço) a partir do material que era utilizado na produção do artefato, como por exemplo, percebe-se que as colheres e garfos feitos de prata possuem um valor monetário maior aos das colheres feitas em metal. Já o valor adquirido corresponde à relevância agregada na fabricação e na utilização do artefato, em casos de bens materiais que não eram de fácil acesso, portanto, sendo mais consumido dentro de um determinado grupo social. E para tanto, os dois tipos de valores são levados em conta quando há a análise da cultura material em questão.

Como visto, na maior parte dos casos, quando encontrados esses utensílios, encontra-se em pequena quantidade, podendo significar que eles não eram utilizados no cotidiano daquela família. Geralmente, os talheres eram reservados para momentos especiais e que contavam com a presença de pessoas de fora do convívio familiar, consistindo em um elemento de distinção entre as famílias abastadas.

Para o dia a dia, eram reservados os utensílios feitos de madeira, no caso das colheres, ou de barro, no caso de potes e panelas. Vale salientar que, a presença de garfos entre os utensílios domésticos inventariados é ainda mais rara, pela própria falta de costume na utilização entre as províncias.

Em função da sua raridade o referido utensílio deveria entrar em cena apenas nos dias em que as famílias recebiam visitas, nas festividades como casamentos e batizados, enfim, nas situações excepcionais. Nas eventualidades do cotidiano alimentavam-se com o auxílio da mão, ou da faca, mais comumente encontrada nas moradias de todos os segmentos sociais (MARTINEZ, 2007, pp. 144)

Possivelmente, um dos pensamentos que podem ocorrer ao se deparar com os dados de talheres em apenas um inventário dentre vários lidos e fichados, é se questionar sobre a forma que eles comiam, com quais utensílios. Como dito acima, para o uso cotidiano no ambiente familiar, se utilizava utensílios feitos de madeira, que apesar de

não ser tão comum a sua presença no arrolamento dos bens, não era rara a existência e usualidade.

Dialogando com Cláudia Martinez (2007) constata-se que, inseridos dentro de um contexto, os objetos ganham um sentido diferente do momento anterior, quando se pensava o objeto apenas pela sua funcionalidade e a partir dos valores atribuídos do indivíduo centrado referencialmente no presente. Demonstrando que além de se configurar como um anacronismo histórico, também não estaria sendo considerado o sentido atribuído por parte do próprio núcleo irradiador de sentido, nem o seu contexto, sua produção ou o seu valor.

## **2.1 Os bens imóveis dentro da análise material**

Após estabelecer uma discussão inicial acerca do universo cultural e material nas sociedades, as tendências mais recentes na historiografia, e somadas aos dados encontrados na documentação, atesta-se que, se para PROWN (1982) a cultura material é capaz de revelar um universo mental de uma sociedade através de seus valores e crenças, de mesma forma, os inventários *post-mortem* descortinam regras no que concernem à burocracia judicial, aos bens deixados e às partes envolvidas.

Como trazido ao longo do capítulo anterior, os inventários funcionam de maneira análoga a uma câmera fotográfica, capaz de captar fotografias instantâneas<sup>21</sup>, e que estas por sua vez, funcionam como um portal que oferece entrada e saída para dentro de uma realidade passada, proporcionando ao historiador uma viagem no tempo. Ficando claro, que para o pesquisador, o resgate do passado não se coloca como um objetivo, ainda que o fosse possível.

Atravessar o portal significa, entre outras coisas, uma oportunidade de montar uma história possível sobre algo ou alguém, e neste caso, sobre o sertão, a cultura material e os grupos sociais. A partir da documentação, a lupa de investigação pode enxergar além das riquezas, conseguindo se deixar tocar por aspectos históricos que não necessariamente transparecem nas linhas escritas por outrem, é preciso ir além.

Dentre os bens arrolados, sabe-se que é possível encontrar bens móveis, como utensílios domésticos, indumentárias, ferramentas de trabalho, mobiliários; os bens

---

<sup>21</sup> MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVII).

semoventes, englobando animais como o gado (cavalar, vacum, ovelhum, cabrum) e escravos; dívidas ativas e passivas; e por fim, os bens imóveis, categoria em que se encaixavam os bens que, como o próprio nome diz, são incapazes de se moverem, logo, são presos à terra. Englobando partes de terra, sejam estas com casas e/ou açudes, sítios, e casas de comércio, vivendas e de morada.

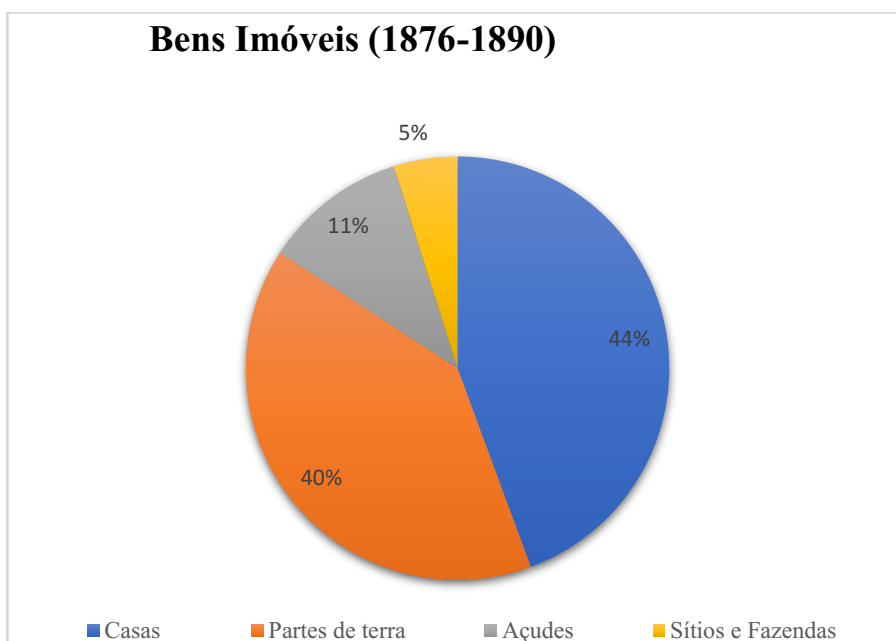
Os bens imóveis contribuem para a formação da cultura material, sendo o tipo de categoria que mais reincide dentro da documentação. Para o espaço temporal de quatorze anos, 1876-1890, escolhido para essa pesquisa, é possível encontrar cerca de quarenta e cinco inventários, um amplo leque de fonte histórica, mesmo sabendo que ela não abarca toda a população sertaneja. Com fins de exemplificar, entre os anos de 1884-1887, encontra-se apenas um inventário para cada ano.

No entanto, de forma alguma significa concluir que apenas uma pessoa morreu naquele dado momento, entende-se mais uma vez sobre a dificuldade do acesso das camadas mais pobres à produção desta documentação. Vale salientar também que, não necessariamente apenas uma pessoa pertencente à elite sertaneja morreu e seus familiares conseguiram partilhar os bens. Isso se justifica, em grande medida, pelas dificuldades de conservação da documentação histórica, já mencionada anteriormente ao longo do primeiro capítulo, o que contribui para a perda permanente da documentação.

Voltando para a fácil aparição dos imóveis, constata-se que para os quarenta e cinco inventários *post-mortem*, apenas cinco não constam bens de raiz. Sendo assim, a frequência de aparição de pelo menos uma parte de terra ou uma casa entre os bens inventariados correspondem a 88,8%.

Somados os bens imóveis encontrados para este recorte temporal, é possível perceber a presença de cento e quarenta e seis casas, sejam estas de comércio ou de morada; cento e trinta e uma partes de terras; trinta e seis açudes de terra ou edificados; e dezesseis sítios ou fazendas. Observa-se no gráfico a distribuição em porcentagem destes bens.

**Gráfico 2 – Composição dos bens imóveis**



Fonte: Inventários *post-mortem* 2º Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Junior (1876-1890)

A partir dos dados revelados no gráfico acima, chama-se atenção para a quantidade de casas e partes de terras possuídas neste período. Sendo possível perceber e corroborar informações trazidas ainda no capítulo anterior, quando se falava das estreitas relações estabelecidas na cidade de Cajazeiras, não apenas com o setor educacional, como trazido na historiografia tradicional, mas também com o comércio e com as terras em si, o qual provocava uma intensa mescla entre os meios rurais/urbanos e a população sertaneja, como assim verá.

## **2.2 Casa de morada, de vivenda e de comércio**

As casas encontradas correspondem a cerca de quarenta e quatro por cento (44%) dos bens de raiz inventariados, dentre esse número encontra-se tanto casas comerciais, para fins comerciais de fato, contendo o todo o aparato ou pelo menos a estrutura para a alocação dos produtos que seriam comercializados, como é o caso do bem encontrado no ano de 1884, no inventário pertencente a *Francisco Biserra da Sousa*<sup>22</sup>, um dos principais negociantes da região para o século XIX.

A descrição da casa se acha da seguinte maneira “*feita de tijolo, sob o número quatro, com duas portas de frente e uma de fundo, dois compartimentos com prateleiras*

<sup>22</sup> Inventário *post-mortem* localizado na 2º Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Junior, cidade de Cajazeiras, com referências para o ano de 1884.

*para exposição e depósito de fazendas*<sup>23</sup>, *balcão, vitrine e mais acessórios de casas de comércio*”, estava localizada na Rua do Comércio<sup>24</sup> e avaliada na quantia de 700\$000 (setecentos mil reis).

Sob a posse deste personagem histórico, havia pelo menos cerca de oitenta e três casas (83), espalhadas entre a zona urbana e rural da cidade de Cajazeiras, e também em outras províncias, como é o caso do Ceará. Das oitenta e três casas, três delas possuíam características que podem ser relacionadas com o uso comercial destas, todas elas situando-se na Rua do Comércio também.

Graças ao aspecto que confere grandeza descritiva aos inventários, podemos colher informações como as contidas nas tabelas<sup>25</sup>, compreendendo quais os tipos de bens, a sua descrição, as medidas (em caso de partes de terra), sua localização e o seu estado físico, sendo este último aspecto uma importante variante dentro da cultura material, e que, por sua vez também caracteriza o próprio campo de saber, como discutido acima.

Um outro caso que provoca curiosidade é o de Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo, falecida no ano de 1883 e tendo o seu inventário produzido para este mesmo ano, totalizando o monte mor na quantia de 10:498\$000 (dez contos, quatrocentos e noventa e oito mil reis). Entre os seus bens encontram-se diversas casas no coração da cidade, ou seja, no centro comercial, onde havia uma nítida concentração de casas de morada e de comércio, sendo um destes bens descritos da seguinte forma “*três quartos no comércio desta cidade com armação e cabeçada de pedras*”, localizada na Rua do Comércio e avaliada na quantia de 1:050\$000.

A partir do cruzamento de informações encontradas na documentação e em fontes auxiliares, como é o caso do endereço *online FamilySearch*<sup>26</sup>, comprova-se que Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo, casada com Luis de França Biserra, era irmã do Coronel Emígio ou Emídio Emiliano do Couto Cartaxo, que aparece na documentação enquanto

---

<sup>23</sup> Podendo significar um conjunto de gêneros ou produtos; mercadorias; e qualquer tipo de pano ou tecido.

<sup>24</sup> Atualmente conhecida como Rua Padre José Tomaz, Cajazeiras, Paraíba.

<sup>25</sup> Ver apêndice.

<sup>26</sup> Organização de pesquisas genealógicas mantida pela Igreja de Jesus Cristos dos Santos do Último Dia, o qual coleta, registra e mantém registros genealógicos, a partir de fontes que possuem registros de batismo, casamento, óbito, etc.

inventariante de sua falecida esposa<sup>27</sup>; de João Antônio do Couto Cartaxo<sup>28</sup>, morto no ano de 1872, como resultado de uma contenda entre o partido conservador e liberal, ficando marcado na cidade e na província a morte do líder político do Partido Liberal; e por fim, irmã do Doutor Antonio Joaquim do Couto Cartaxo, advogado e parlamentar, também aparece na documentação<sup>29</sup> em momento posterior ao recorte delimitado para este trabalho.

Pertencentes a uma das famílias tradicionais da cidade, Dona Josefa Dina e os demais citados possuíam, ainda, mais nove irmãos, os quais não foram identificados na documentação, mas que podem ser encontrados na árvore genealógica da família através do *FamilySearch*. Eram filhos do português Joaquim Antonio do Couto Cartaxo<sup>30</sup>, natural de Cartaxo em Portugal e de Anna Josefa de Jesus, filha de Serafim Gomes de Albuquerque, sobrinha legítima da ilustre Mãe Aninha<sup>31</sup>, sendo um casamento de segunda núpcias, ou seja, Joaquim Antonio já havia sido casado anteriormente.

O mapeamento genealógico das famílias não se apresenta como objeto ou sequer objetivo desta pesquisa. No entanto, a apresentação de tais informações demonstram a importância do cruzamento entre as fontes, sejam estas manuscritas ou encontradas *online*. Percebe-se, de forma clara, como os inventários e a pesquisa a partir destes são de extrema importância para o desenvolvimento da história local, dos sertões e do viés social, trazendo luz às conexões familiares e sociais existentes.

Após o incurso na história da Dona Josefa Dina, se volta o olhar novamente para a presença de casas comerciais nos inventários. Estas chamam atenção e atestam as importantes relações comerciais desenvolvidas na cidade de Cajazeiras, e as quais a marcara como um ponto intermediário entre o sertão e as capitais provinciais, como Fortaleza e a cidade da Parahyba (atual João Pessoa). Relações estas, que eram marcadas pela compra e venda não só de materiais manufaturados, como é o caso de utensílios

---

<sup>27</sup> Inventário *post-mortem* encontrado na 2º Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Junior, identificação: Processo #:1879 (Caixa Cinza\_1904.1905), 1979, Inventariada: Isalina Felinto D' Albuquerque Cartaxo.

<sup>28</sup> Ver LEITÃO, Deusdedit. Ruas de Cajazeiras. p. 14. João Pessoa, 2005.

<sup>29</sup> Inventário *post-mortem* encontrado na 2º Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Junior, identificação: Processo#: CaixaAzul\_1873.1938.

<sup>30</sup> Ver ADERALDO, Mozart Soriano. Antonio Joaquim do Couto Cartaxo. Revista do Instituto do Ceará.

<sup>31</sup> Conhecida popularmente como Mãe Aninha, Ana Francisca de Albuquerque era filha do sesmeiro Luis Gomes de Albuquerque, e mãe do Padre Inácio de Sousa Rolim, que leva o título de “fundador” da cidade de Cajazeiras.



domésticos, tecidos e calçados, mas também produtos agrícolas, como é o caso das farinhas e dos produtos advindos da mandioca, algodão, etc.

Com base na tese do professor Osmar Luiz da Silva Filho (1999), o autor trabalha na perspectiva de como os investimentos por parte do governo e com o desenrolar da produção do “ouro branco”, isto é, do algodão, contribuíram de forma positiva para um rápido desenvolvimento nas cidades sertanejas, especificamente, para a cidade de Cajazeiras. Elemento no qual, colocou o sertão nas trilhas em rumo ao progresso modernista, como por exemplo, a chegada do Banco do Brasil na cidade, os trilhos do trem, eletricidade, etc.

A riqueza, daí decorrente, circulava por Cajazeiras, estimulando a chegada de novas pessoas e o esquadrinhamento dessa através de muitas casas comerciais, com o conseqüente embelezamento da área urbana. Na esteira desse movimento, chegavam as novidades provenientes de Recife, João Pessoa e Fortaleza, e, por extensão, o anúncio dos *novos tempos*. Além da riqueza advinda dessa “flor”, alguns outros fatores contribuíram para fazer chegar a circular dinheiro em Cajazeiras. (SILVA FILHO, p. 293, 1999)

As casas de morada também aparecem sob a posse de Dona Josefa Dina, e também de outros inventariados, mas se abre nota para uma casa que ainda estava sendo construída, no momento da morte da senhora, e que foi avaliada na quantia de 1:000\$000 (um conto de reis), representando um valor bem elevado quando se coloca em contraposição a outros bens encontrados na época. Segundo a descrição feita no arrolamento do bem, era uma casa feita de tijolos e localizada na Rua da Aurora, atualmente conhecida como Rua Padre Rolim.

Se o valor atribuído a este imóvel se distanciava de tal forma dos outros bens encontrados, e até mesmo da soma total de todos os bens deixados em vida por outros sujeitos históricos, talvez se leve a questionar quais os elementos que a faziam tão diferente. Para isso, se utiliza as discussões acerca da cultura material, quando se fala que, até mesmo os níveis de produção poderiam agregar valores culturais e sociais para determinado artefato.

Sabendo que, a grande maioria das casas encontradas para este dado momento tinham em sua produção o uso da taipa, quando se deparava com casas construídas não apenas de taipa ou apenas a frente feita de tijolos e o restante feito em taipa, aquele bem se destacava entre os demais, como é o exemplo da casa citada acima. No entanto, o fato

de as casas serem de taipa, também não influenciavam negativamente a avaliação do bem, isso se dá porque a utilização do barro e das estacas de madeiras eram comumente utilizadas na construção civil, por ser de fácil acesso.

De edificação razoavelmente rápida, a casa de taipa necessita somente de uma trama de varas na medida do possível retilíneas que, trançadas, são amarradas com cipós ou cordões de sola, a madeira de lei sendo utilizada para esteios, vigas e traves (LIMA, *apud* MACÊDO, 2007, p. 155)

A gradual substituição das tramas de taipa pela alvenaria, surge como um dos diversos elementos trazidos nos “vagões” do que se chamou de novos ares da modernidade (DEL PRIORE, 2016). Aos poucos, com o passar dos anos, a utilização da taipa vai se tornar mais comum ou até característico das casas da zona rural, enquanto a alvenaria caracterizaria os casarões da cidade moderna, o que implica numa maior valorização monetária e simbólica nos bens de raiz desse molde.

Enquanto as casas comerciais eram majoritariamente localizadas no centro urbano das cidades, as casas de morada e vivenda podiam ser encontradas tanto na zona rural quanto na urbana. Como já discutido, os seus materiais podiam ser tanto tijolos como taipa, e o que as diferenciava de forma decisiva eram os usos e usualidades. Enquanto a casa de morada, como o próprio nome traz, se configurava como um lugar para morar, ou seja, habitar.

As casas de vivenda tinham a dupla função de abrigar não somente as famílias, mas também o seu ofício, geralmente o comércio. Nesse sentido, são encontradas na documentação quatro casas de vivenda, três delas em meios a sítios ou fazendas na zona rural, constituindo-se enquanto uma benfeitoria daquela propriedade. Já uma delas não possui localização, podendo ser justificada a sua ausência por ocultação ou por estar, de fato, ilegível na documentação.

Detendo as características do estar e do serviço, ou seja, do habitar a casa e, simultaneamente, dividindo o “ganha pão” daquele grupo familiar, as vivendas possuíam também em sua estrutura físicas divisões específicas para aquele tipo de negócio, contando com a presença de estruturas que pudessem fazer o mostruário dos itens a serem vendidos. E percebe-se, em mais um caso, as fortes relações dos sertanejos com o comércio, ainda que o fosse local.

Por ser o objeto da presente pesquisa, o que concerne e abarca a discussão acerca das casas, a sua estrutura, níveis de construção, além da leitura deste ambiente enquanto um espaço de práticas, será feita de forma pormenorizada a partir do próximo capítulo. E para tanto, não me detenho em uma argumentação longa neste momento inicial.

### **2.3 Partes de terra, sítios e fazendas**

Quando somadas as partes de terras, os sítios e fazendas, percebe-se que estas correspondem a um pouco mais da metade dos bens de raiz encontrados na documentação, passando do número de casas apenas em uma unidade. Sendo encontrados majoritariamente na zona rural da cidade de Cajazeiras e, também, na zona rural de cidades vizinhas, como é o caso de São José de Piranhas, São João do Rio do Peixe, e em outras comarcas. Revelando uma elite local que possuía diversas ligações com a terra.

Quando encontradas na documentação, as partes de terra, em sua maioria, vêm acompanhada de descrição, contendo a sua medição, como por exemplo “*medindo cem braças, com meia légua de fundo*”, se havia a presença de casas, açudes ou demais benfeitorias, que poderiam aumentar ou valorizar a avaliação daquele bem. Ter uma parte de terra significava a possibilidade de uma vida a partir daquilo que a terra poderia dar, sendo através do cultivo ou do manejo com animais de criação, como bois, cabras, ovelhas, carneiros.

Não necessariamente significa dizer que os sujeitos que possuíam estes tipos de bens de raiz viviam, de fato, a partir do que a terra poderia oferecer. Podendo significar uma renda complementar, a ramificação da renda principal, e até mesmo um investimento em outra área econômica. Temos, por exemplo, Francisco Biserra de Sousa, comerciante já citado acima, que possuía entre os seus bens cerca de treze sítios e uma fazenda de criação. A expansão entre os vários tipos de riqueza corrobora com a ideia que o possuir está diretamente interligado com a riqueza e o poder entre os diversos níveis sociais, e é nesse sentido que a cultura material se apresenta como campo de estudo valiosos, demonstrando estes elementos.

Sobre isto, em sua dissertação Silva afirma que,

A cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar

fronteiras sociais e assim por diante. Não há como reverter essa condição, que torna a cultura material, de fato, a dimensão concreta das relações sociais. (LIMA, 2011 *apud* SILVA, 2013, p. 54)

Para tanto, se as partes de terra não viessem acompanhadas de uma benfeitoria, seja esta qual for, ela não tinha um valor tão alto agregado. Ao comparar uma parte de terra sem “atrativos”, o valor atribuído poderia variar de 7\$000 (sete mil reis) a 80\$000 (mil reis), já a terra com atrativos poderia chegar até 400\$000 (quatrocentos mil reis). Uma parte de terra contendo um pequeno açude de terra vislumbrava um local que poderia servir para criação de animais, cultivo de lavouras e com fácil acesso à água, fator importante para locais como o sertão, que havia secas periódicas, como o caso da seca de 1877-1879.

Mais acima foi mencionado sobre a importância e o impacto da cultura algodoeira para o desenvolvimento na cidade de Cajazeiras, tanto nas suas relações comerciais, sinalizadas através do aumento das casas comerciais, quanto nos investimentos que entoavam o canto de um novo tempo, vinculado também com as questões modernistas. Para isso, ainda que os sertões obtivessem destaque graças à flor branca, é possível perceber a diversidade de produção de bens de subsistência, a exemplo das fazendas e sítios com benfeitorias.

A exemplo, no inventário de Francisco Biserra de Sousa, acha-se um sítio localizado na Alagôa de São Francisco, zona rural da cidade, em que a sua descrição cita: *“medindo setenta e duas braças, contendo quatro açudes, uma casa grande de vivenda em sua maior parte de alvenaria, uma casa de engenho como todos os seus utensílios técnicos e na qual existe um alambique de cobre com seus utensílios, e mais um pote de outro alambique, os utensílios próprios de fabricar farinha, uma casa de bolandeira com máquina para descarçar algodão e suas pertencas, seis casas de taipa pequenas, cercados, currais, mobília e móveis rústicos, trastes e mais pertencas”* avaliada na quantia de 3:200\$000 (três contos e duzentos mil reis).

Chama-se atenção para dois aspectos deste bem, e que no entanto, não devem ser vistos de forma determinante ou que estanca os sentidos destes bens, e são estes: a sua completude, com diversos açudes, uma casa grande de vivenda em sua maior parte de alvenaria, etc.; em segundo lugar, se coloca a reflexão de que para além de um lugar que exala e caracteriza a riqueza da elite local, não apenas no valor monetário, mas cultural e

simbólico, é um bem que, talvez, traduza os valores e cotidiano sertanejo daquele momento.

Nesse sentido, não significa dizer que este bem material está em inércia, como um texto que se coloca apenas para ser traduzido pelo pesquisador, pelo contrário, até mesmo dentro do campo da cultura material, se coloca o artefato como um produto a ser lido, questionado, problematizado, algo que apresente coerência e incoerências. E dessa forma, a constituição deste sítio com seus atributos, levantam e corroboram questões sobre a sociedade e os sujeitos em questão.

Sobre a diversidade produtiva nos sertões, é relevante observar que esta região não é marcada pela produção da monocultura, como outrora foi a região da Zona da Mata com alta concentração de engenhos, e isto se justifica através dos solos rasos e pedregosos, e pelas chuvas escassas e mal distribuídas (SYMANSKI, 2008). E para tanto, alguns aspectos que caracterizam a produção econômica dos sertões seria, o comércio, a agricultura de subsistência e a criação animal. Aspectos estes que, vez por outra, aparecem de forma clara ao longo deste estudo, e que é possível comprovar através da presença de bens como o de Francisco Biserra de Sousa.

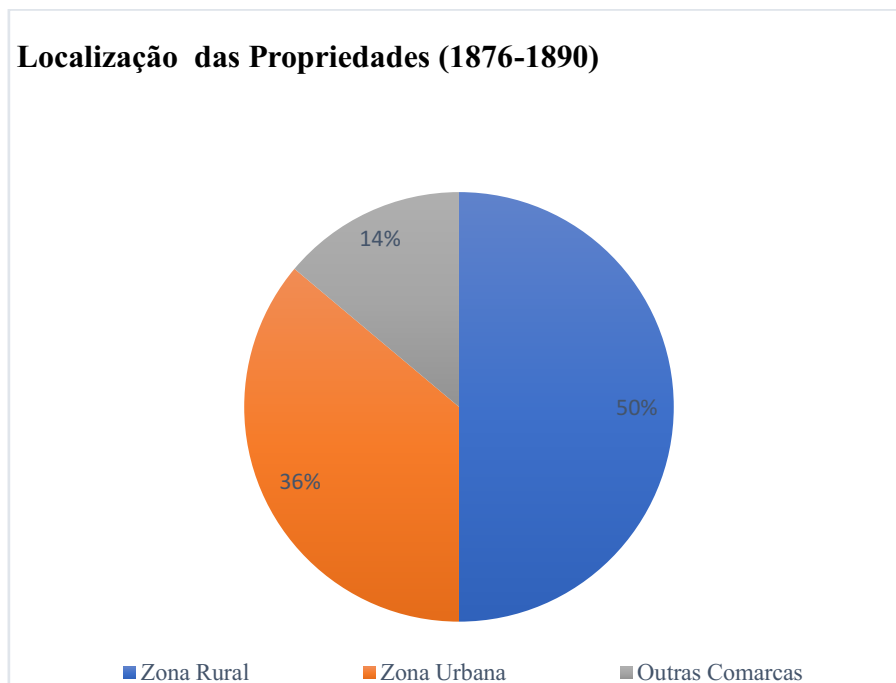
Além da pecuária, o algodão foi outro produto significativo da economia do sertão. No período entre 1750 e 1940 este foi um dos principais produtos nordestinos e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito. A manufatura da fibra de algodão foi de grande valor para a sobrevivência da população sertaneja e era comum as propriedades terem sua fiandeira para a produção de caráter doméstico. Essa produção era comprada por comerciantes para ser vendida em feiras (FERRAZ, 2004 apud SYMANSKI, 2008, p.75)

Como trazido na discussão do capítulo anterior, as feiras são fortes indicadores da manifestação das relações comerciais e sociais dos sujeitos históricos da cidade de Cajazeiras, um local que permitia fazer a demarcação entre as camadas sociais, e na mesma medida, abarcava de forma unânime, a presença de todas essas esferas. Quando se falou sobre a existência destas, trouxe à tona a mescla entre as zonas rurais e urbanas, que não possuíam limites claros em sua delimitação.

Quando localizados espacialmente, isto é, se for permitido, tendo em vista que em algumas propriedades não possuem localização precisa ou se apresenta ilegível na documentação, os bens de raiz encontrados para o recorte temporal de 1876-1890, são majoritariamente da zona rural cajazeirense, seguida pela zona urbana, e por fim, em

menor quantidade, mas não menos insignificante, em outras comarcas. Observe a seguir no gráfico.

**Gráfico 3 – Localização das propriedades**



Fonte: Inventários *post-mortem* 2º Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Junior (1876-1890)

Para a delimitação entre as zonas rural e urbana, leva-se em consideração os bens de raiz que são encontrados acompanhados do nome da rua, como rua da Aurora, rua do Sol ou rua do Comércio, e todos os outros bens que não preenchem esse quesito, são colocados como pertencentes à zona rural, geralmente acompanhado de “data de (...)”. Vale ressaltar que não se encontrou nenhuma documentação que demonstre de forma clara a delimitação entre essas zonas, e para fazer tais inferências utiliza-se o saber do presente sobre o passado, a partir da memória dos mais antigos. Alguns desses locais ainda existem no tempo presente, em alguns casos pertencentes a outras cidades, como é o caso da Baixa Grande e Sítio Sipó, ambas localizadas atualmente no município de Cachoeira dos Índios.

Ao analisar se há ou não impacto ou interferência nos valores atribuídos a estes bens de raiz, pelos louvados, por estarem na zona rural ou não, percebe-se que não há indícios que confirmem que os bens de raiz da zona urbana são mais valorizadas em detrimento das partes de terra, sítio e/ou fazendas. Divergindo do que fora apontado por Macêdo (2007) para a Ribeira do Seridó, no qual traz uma casa de telha e taipa na Vila do Príncipe foi avaliada na quantia de 120\$000 (cento e vinte mil reis).

Macêdo explica que para os inventários utilizados, se descrevem os imóveis de forma apressada, a não ser pelos detalhes da sua localização e dos materiais utilizados pela sua construção. Para as casas encontradas nas fazendas, o valor médio é entre 2\$000 (dois mil reais) a 50\$000 (cinquenta mil reais), valores significativamente reduzidos quando comparados aos da cidade, ele conclui afirmando que, ainda que fosse uma casa de taipa, geralmente de valor inexpressivo, ela havia sido bem avaliada supostamente por ser localizar na Vila, ou seja, nos limites urbanos.

Para a pequena urbe de Cajazeiras, percebe-se que os valores atribuídos para estes bens de raiz se relacionam mais com os materiais utilizados para sua construção e o estado das mesmas, do que de fato por sua localização. Salvo os quartos e casas de comércio, que possuem em si, e na sua funcionalidade, a implicação da riqueza e da valorização social. Isso também pode ser justificado, pela já mencionada, importância e mescla dos meios rurais e urbanos com as atividades cotidianas, comerciais e sociais, o que levaram a serem igualmente notáveis perante os cidadãos.

Ao tomar as lentes de estudos utilizados pela cultura material emprestadas, percebe-se que os artefatos vão para além de sua materialidade, ainda que também passe por essa perspectiva, penetram a cultura, os costumes, as identidades, os níveis de produção, a usualidade e as relações entre indivíduo-objeto-ambiente. E dessa forma, o inventário *post-mortem* adquire um lugar que não só diz respeito à herança legada para a família viva ou de uma simples listagem de todos os bens adquiridos em vida pelo inventariado, mas revela um universo cultural que se traduz em artefatos, comportamentos, poder, etc.

### CAPÍTULO 3 – O PATRIMÔNIO DE PEDRA E CAL: A CASA DOCUMENTADA

“Ao existir, qualquer indivíduo já está automaticamente produzindo cultura, sem que para isto seja preciso ser um artista, um intelectual ou um artesão.” (José D’ Assunção Barros)

Uma das características mais marcantes no arrolamento do patrimônio, no processo do inventário *post-mortem*, talvez, seja a sua materialidade, a sua capacidade de existir no mundo físico daquela dada época e, a sua avaliação ser uma consequência ou resultado daquilo que a materialidade emana, a qualidade do bem, o seu estado, a sua cor, o tamanho e a sua funcionalidade.

No entanto, ao longo das discussões estendidas no capítulo anterior percebeu-se que, o artefato por si não se estanca de significados e significações, ou seja, não seria possível desenvolver o estudo da cultura material sem que fosse além da sua “fisicidade”. Era preciso ir a fundo no que estava por trás da cultura, ou melhor, se fazia necessário observar as práticas de e a partir desta dimensão material, sendo impraticável a visualização desta, sem a análise, também, dos praticantes.

Depois de ter se discutido ao que diz respeito aos bens de raiz, afunila-se ainda mais a lente focal, como acontece na visão em túnel, em que para se enxergar melhor, se faz necessária a aproximação do objeto. Nesse sentido, apenas a casa passa a ser o “palco” de análise nesse momento, espaço no qual as representações<sup>32</sup> podem ser observadas, como signos e artefatos da sociedade (OLIVEIRA, 2004). Em conformidade que, a casa passa a ser mais que um objeto material, cumprindo outros papéis, como o de representar quem a produz. (GOURHAN, 1994 *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 203).

---

<sup>32</sup> CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990



Na esteira da percepção sobre as representações, têm-se dentro do campo da cultura e para Roger Chartier, historiador cultural, as práticas e representações, que podem ser entendidos, de forma “simplificada”, como formas de fazer e de ver ou interpretar os objetos culturais, sejam estes quaisquer. Na epígrafe acima, José D’Assunção Barros (2005) fala sobre a produção cultural que é inerente a qualquer indivíduo, para além de técnicas, ciência ou níveis de intelectualidade, e dessa mesma forma, Chartier observa que tais objetos culturais seriam produzidos entre práticas e representações, assim como o fazem os sujeitos produtores e receptores da cultura, de forma correspondente um para com o outro.

As práticas podem ser entendidas como modos de viver, de pensamento, comportamento, e até normas de convivência, que foram produzidas dentro e para obedecer a uma lógica. Em seu texto, Barros discute que Le Goff (1994) compreendia como representações toda e qualquer tradução mental de uma realidade exterior percebida, e que por essa forma, estava submetida a um processo de abstração. Se abstração pode, de certa forma, estar ligada à subjetividade dos sujeitos, dessa mesma forma podemos compreender a casa a partir das representações e de tudo aquilo que ela revela.

Se entrevê, nessa interpretação, que a casa ganha contornos que vão muito além do seu delineado arquitetônico, da sua aparência física e dos métodos construtivos, passando e possibilitando a visualização do espaço de fronteira, entre o público e o privado, o espaço interno e externo, o cotidiano, o descansar, o serviço, os conflitos, o afeto e a proteção, e por fim, os atores sociais – o grupo familiar. Compreendendo por grupo familiar todas as pessoas que estavam inseridas naquele espaço, nem sempre ligados por laços de sangue, mas por relações de familiaridade ou intimidade.

No entanto, para que se discuta a figura do lar a partir das representações, antes se faz necessário a visualização da mesma a partir de sua espacialidade, tendo em vista que, ainda que se posicionem enquanto dois tipos de percepções, não há como desvincular uma da outra, elas se distanciam na mesma medida em que andam entrelaçadas, atentando-se para o que outrora era discutido por Prown (1982), a cultura material deixa revelar a subjetividade sobre os seus produtores e consumidores, tais como os valores, os desejos, as crenças e os comportamentos.

### **3.1 A casa em projeção: leituras do/no espaço**

Nos momentos em que se lança mão acerca do que a casa representa para os indivíduos e grupos coletivos, sobre quais imagens ou sentimentos são ativados quando se pensa sobre essa construção, é certo de que se passa na mente lances de memórias que tenham a ver com familiaridade, conforto, intimidade, felicidade, conflitos, entre outros sentimentos. Tal acontecimento não é específico, ao menos, não no sentido de exclusividade, é comum aos seres humanos e às coletividades observarem esses sentimentos sendo acionados quando se reflete sobre a espacialidade, e sim, talvez seja específico sendo associado à unicidade do que aquilo representa para cada um.

Dessa maneira, a ocasionalidade desse evento, talvez, represente uma constante relacionada a uma temática que não pode ser colocada da mesma forma. Percebe-se que o ambiente da casa não é estático, ao longo dos anos e séculos houveram transformações relacionadas a estas, não apenas no sentido da sua planta, evidenciada a partir da soma ou subtração das divisões espaciais, mas também, em seu significado. No entanto, sentimentos como de conforto e familiaridade são constantemente acionados pela memória dos praticantes, isso é um fato. Ou seja, o espaço passa por constantes transformações no seu sentido estrutural, mas a forma de sentir geralmente se repete com frequência. E é a partir disto que se torna possível a incursão nesta dimensão.

Em sua acepção, a casa pode significar não apenas proteção contra fatores climáticos ou quaisquer tipos de conflitos que possam ocorrer, ela também é um ambiente de permissão, de exclusão, de serviço e do habitar. Para Oliveira (2004), a casa é um espaço de fronteira, e se configura como tal por se situar na região de enfrentamento, de transição, seja entre o público e o privado, o interno e o externo, o rural e o urbano. E para tanto, ser denominada enquanto um lugar de fronteira, permite refletir quais os critérios definidores do que seria uma casa ideal. Pensando nessa perspectiva, enquanto um artefato que possui objetivos em sua produção e consumo, e o que isso os deixa revelar.

Nota-se, com o desenvolvimento do estudo das habitações brasileiras na historiografia, que as formas de construção, no sentido técnico, em muito se deram à importação da cultura portuguesa trazidas ainda pelos primeiros colonos. Momento, no qual, se fazia necessária a presença de técnicas construtivas, envolvendo materiais diversos e formas referentes a arquitetura, possibilitando a edificação de um ambiente que assegurasse a proteção dos mesmos.

As construções em formas de fortalezas tinham por principal objetivo proteger os colonos e todos aqueles que estivessem envolvidos no processo de colonização, contra possíveis ataques pelos grupos nativos, o que comumente acontecia nos momentos iniciais do processo de colonização, assim como, nos momentos de desbravamento ou “abertura” dos sertões.

Ao se dedicar ao estudo sobre as moradias na Ribeira do Seridó, Macêdo (2007) cruza as informações encontradas na documentação utilizada, e analisa de quais formas os elementos referentes à construção da casa poderiam agregar ao valor atribuído ao bem, como por ser feita de pedras ou tijolos, ter duas ou mais janelas, a quantidade das portas, etc. Ele contabiliza a presença de apenas três construções de pedra e cal para o território da Vila do Príncipe naquele momento, e percebe que duas delas foram construídas como “casas-fortes”, que serviriam de bastiões para o avanço das tropas coloniais contra os indígenas tapuias. Ao tempo da escrita de sua tese, apenas uma delas havia ficado de pé, e servia como residência.

Fica evidente a casa como sinônimo de segurança, e isso se percebe tanto no sentido de oferecer abrigo, esconderijo, alimentação e a possibilidade de descansar durante as noites, quanto através do material que foi utilizado na sua construção, a pedra e o cal, constituindo uma construção com um alto grau de dificuldade de destruição na sua estrutura, quando comparada a uma casa feita de taipa ou adobe, ou até de palha e de folhas. Como é o caso das moradias dos nativos, e também, dos cativos após a sua libertação, quando se fazia o uso de folhas de bananeira para forrar a moradia.

Todavia, as técnicas de construções evidenciadas nas casas de pedra não foram as únicas trazidas pelos colonizadores, é possível observar similaridades entre as moradias feitas em taipa e adobe aqui no Brasil, com as existentes em Portugal, que também foram influenciadas pela cultura árabe, a partir da presença dos mouros naquele território.

Sobre isso, Lemos<sup>33</sup> (1993), discute que o geógrafo português Orlando Ribeiro lança luz sobre a diversidade das moradias existentes naquele país, sendo possível encontrar ao Sul, onde ele convém chamar de Mediterrâneo (aquém Gibraltar), que as casas eram feitas de terra, ou seja, de taipa de pilão, de adobe e de tijolos cozidos,

---

<sup>33</sup> LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. In: Anais do Museu Paulista, Nova série, nº 1, 1993, p. 95-106.

materiais característicos das construções de tipo vernacular<sup>34</sup>, que inclusive, são comumente encontradas em todo território brasileiro, e entre os bens de raiz do século XIX.

Como visto ao longo da discussão do capítulo anterior, as casas de taipas eram construções facilmente encontradas nos sertões paraibanos, formando uma boa parte dos bens de raiz inventariados no espaço temporal que vai de 1876-1890. A sua edificação era feita de forma fácil e rápida, a partir do entrelaçamento da madeira, de preferência retilíneas, com a “grade” da casa formada, preenchia-se os espaços com argila molhada, para fazer o reboco das paredes. Em todos os casos, as casas feitas de taipa, eram térreas, ou seja, não possuíam andares superiores, por não aguentarem o peso de uma construção a mais.

As casas de taipa, em sua maior parte, eram térreas, não suportavam com segurança pavimentos superiores, pois suas paredes eram erguidas com materiais menos resistentes cujas vigas eram troncos e galhos da caatinga. As casas de taipa mais encorpadas, que tinham inclusive um pequeno sótão, chegaram aos nossos dias através de famílias que devotaram raro zelo, fazendo reparos periódicos a cada chuvarada. (MACÊDO, 2007, p. 156)

Tendo colocado o raro zelo pela casa feita de taipa como uma das condições para que o imóvel ficasse em pé através dos anos passados, percebe-se como essa variável se coloca como uma dificuldade para os historiadores que procuram estudar as moradias comumente encontradas no século XIX. Quando se coloca em análise as casas encontradas nos inventários, sabe-se que provavelmente nenhuma delas ainda permanece viva através do tempo, isso pode ser justificado tanto pelo material utilizado na sua construção, quanto pela não preservação do patrimônio, pelas reformas modernistas, entre outros fatores.

Recuando no tempo histórico, sabe-se que em diversos momentos se utilizou a justificativa de que a destruição dos prédios ou monumentos históricos, deveriam ser sacrificados em nome do progresso técnico e social, além das melhorias que tal ato poderia oferecer (CHOAY, 2017), há diversos casos que podem ser citados de forma específica ou de forma genérica. Isso se justifica através da “padronização” deste acontecimento pelo menos nos grandes centros, quando há o alargamento das vias

---

<sup>34</sup> A arquitetura vernacular caracteriza-se através das formas de construções e dos materiais utilizados nas mesmas, geralmente feitas a partir do conhecimento e dos materiais locais, sem estar baseada ou contar com a supervisão de técnicos ou de arquitetos profissionais.

públicas, que por muitas vezes custaram a destruição de casarões e casarios, a derrubada e construções de igrejas ou prédios públicos de diferentes estilos arquitetônicos que não davam pra coexistir, etc.

Para a cidade de Cajazeiras, essa lógica não aconteceu de forma dessemelhante, talvez, tenha acontecido com menor intensidade, mas sabe-se que para as casas que encontramos nas ruas que outrora foram nomeadas como da Aurora, do Sol, do Sangradouro, não estão mais presentes no cenário sertanejo. Podendo ter a sua destruição justificada pelas reformas modernistas, principalmente no que diz respeito ao câmbio dos materiais de construção, quando aos poucos as casas de taipa foram substituídas por casas de alvenaria. Já as casas encontradas no perímetro do que seria o centro histórico da cidade nos tempos presentes, têm-se informações que são casas já construídas no século XX, entre os seus anos iniciais e sua metade.

Retomando a discussão sobre as casas feitas em taipa, observou-se que a grande maioria das casas feitas nessa técnica construtiva são encontradas no que seria a zona rural da cidade de Cajazeiras, e que para a avaliação dos bens de raiz, parecia ser mais decisivo a consideração sobre a construção das casas e de suas benfeitorias, do que a sua localização de fato. Pensando nisto, encontrou-se na documentação, no ano de 1883, *uma casa de taipa com dois e meios vãos coberta de telhas, com a metade em aberto* (tabela 9)<sup>35</sup>.

O bem citado acima estava localizado na data do Riacho do Padre, sendo avaliada por 30\$000 (trinta mil reis), quando comparado com o imóvel que lhe sucede na tabela, *uma casa com tijolos, com três vãos, oito portas e seis janelas*, localizada no sítio Baixa Grande, e avaliada na quantia de 200\$000 (duzentos mil reis), a informação encontrada corrobora com a hipótese levantada anteriormente, sobre a avaliação girar em torno do tipo de construção e não da localização. No entanto, o que chama atenção para essa discussão, é a quantidade de vãos nestas casas e concomitantemente, a quantidade de janelas e portas, se verá mais à frente quais os significados por trás disso.

### **3.2 O serviço do habitar: cozinha e sótão**

Ao contrário das casas urbanas, as que estavam localizadas na zona rural, geralmente tinham a dupla função de morada e serviço, não necessariamente o tipo de

---

<sup>35</sup> Ver apêndice.

serviço que há a troca de bens, ou seja, de produtos e cédulas monetárias. Mas, sabe-se que predominava para esse momento, a cultura de subsistência nos sertões. Em quase sua totalidade, a dieta dos sertanejos era baseada em artigos que a terra oferecia, o consumo da carne dos animais de criação; farinhas e produtos advindos da mandioca; produtos vindos da cana, como a rapadura, alfenim; arroz, feijões, milho, entre outros alimentos.

Se a maioria dos produtos vinham de suas plantações, sejam estas de grande ou pequeno porte, se fazia necessário a existência de um espaço em que coubesse ou que fosse o mais adequado para o refinamento ou polimento dos alimentos, representados através do ato de descascar, limpar ou de pilar alimentos. O lugar em que tudo isso acontecia era chamado de cozinha, cozinha de fora ou cozinha suja, lá também se abrigava o fogo à lenha, e geralmente era descoberto, para haver uma maior circulação de ar. Lemos (1993) observa que o distanciamento da cozinha é uma das primeiras características para a casa brasileira.

O calor tropical espantou o fogão. A cozinha apartada, mesmo separada totalmente da casa, foi uma das primeiras características da casa brasileira, desde a primeira construção em que a palha comparecia, pelo menos na cobertura, e, portanto, também sujeita a incêndios. Precaução antes de tudo. Depois paredes grossas para absorver o calor. Altos pés direitos para aumentar o volume do ar. Paredes internas baixas, inclusive nas casas ricas, paredes não de separação efetiva de ambiente, mas de seleção de atividades. Casas de telhas vãs, permitindo que o ar corra casa adentro. (LE MOS, 1993, p. 97)

Nas duas casas citadas acima, contabiliza-se a presença de dois vãos e meios, e de três vãos, respectivamente, que podem estar relacionadas ao estar e ao descansar, ou seja, muito provavelmente eram ambientes que tinham a função de separar os que vinham de fora do grupo familiar, durante o dia, cumprindo o papel social da sala de estar, geralmente o primeiro vão que se apresenta ao adentrar na casa. Podendo também estar relacionado com a função de abrigar a família nuclear (pai, mãe e filhos) à noite para o descanso, isto é, em caso de ausência de quartos individuais ou coletivos. E por fim, a presença de uma cozinha, que no primeiro bem, pode ser justificado pela falta de telha em sua metade.

Percebe-se que, principalmente, nas casas de taipa em que não havia a possibilidade de construção de pavimentos superiores, não havia muitas possibilidades no que diz respeito à expansão da casa, e os seus espaços, como traz acima na citação, eram delimitados mais por critérios de seleção de atividades do que a separação de

ambientes, não sendo levado em consideração aspectos que envolvessem a privacidade ou qualquer outro elemento. Portanto, transparece através desses bens a multifuncionalidade em que eles poderiam adquirir a medida do que se fosse necessário para o cotidiano daquele grupo familiar.

Ainda sobre as atividades desenvolvidas na cozinha, não apenas em relação ao preparo dos alimentos, mas também como local que abrigava todas as práticas que precediam o preparo. É válido falar sobre o armazenamento dos alimentos ou ferramentas de uso diário, feitos em depósitos ou sótãos, comuns a todos os tipos de construção, inclusive na casa de taipa. Em caso da presença de depósitos, eles ficavam fora da construção da casa principal. Já o sótão, geralmente, era localizado próximo à primeira sala de estar ou acima dos quartos, podendo ter um lugar em que ficavam as escadas para o acesso.

Como dito anteriormente, justificado pelas paredes internas não sustentarem o peso de um andar superior, a presença dos sótãos pode ser encontrada nas casas de taipas, mas são mais comuns nas casas feitas em alvenaria. Principalmente, porque era um andar superior que possuía bastante uso, além do armazenamento dos alimentos secos, eles deveriam comportar o peso do corpo humano se movimentando e mexendo nos itens lá armazenados.

**Figura 1- Acesso interno ao sótão e escadas**



Fonte: (SILVA, 2017, p. 82). Fotografia de arquivo pessoal de Tadeu Pereira da Silva.

**Figura 2 – Sótão com vista inferior**



Fonte: (SILVA, 2017, p. 85). Fotografia de arquivo pessoal de Tadeu Pereira da Silva.

Percebe-se, através da leitura do interior dessas casas comuns ou típicas do século XIX, como a sua construção era feita a partir de objetivos, costumes e códigos específicos para aquele tempo, e que permitem a elaboração do cotidiano dos sujeitos sociais que outrora habitaram essas construções. Observando, também, que em muito a relação dos sujeitos com os seus lares foi influenciada pela cultura europeia dos colonizadores, encontrando ainda, muitas semelhanças e continuidades no desenho, nos seus significados e usualidades da casa brasileira do tempo presente.

### **3.3 Dimensões sociais e espaciais do estar: salas, quartos e alpendre (varandas)**

Ainda que a múltipla função dos cômodos transmita a impressão de que de alguma forma as atividades ou objetivos de cada divisão da casa se misturassem, isso é na verdade o contrário do que acontecia. A supracitada divisão por atividades permite ao historiador refletir quais seriam estas e quem as praticava.

Quando se fala na quantidade de vãos presentes nas casas citadas acima, coloca-se a sua funcionalidade na esteira de dois elementos característicos: o estar e o descansar, sendo a primeira categoria responsável por incluir em si, as funções sociais, quando havia a presença de visitas; o serviço, ligado tanto às atividades do habitar, como cozinhar, e



também o trato com os alimentos; e por fim, o descansar, que por si, já fica evidente o significado.

Então nesse sentido, pensando nos vãos, eles geralmente eram dispostos na planta da casa, como um seguido do outro. Imagina-se estar diante de uma casa, o primeiro elemento a ser percebido, obviamente, seria a porta que daria vazão para a sala de estar, e que podia ser precedida pela presença ou não dos alpendres (varandas). Em alguns casos, a sala poderia estar interligada com o corredor que levaria aos quartos e alcovas (conjugados ou não). Em relatos de viajantes, é possível perceber nas casas urbanas a existência de uma segunda sala de estar, que ao contrário da primeira, seria destinada à família, ambiente permeado pela intimidade, e por esse motivo não frequentado por qualquer pessoa. E por fim, em alguns casos, se teria a cozinha em que todos se juntavam para as refeições, e talvez, a cozinha de fora, geralmente interligada com o terreiro ou quintal.

Entrando em contato com as atividades desenvolvidas nos ambientes da casa, constata-se que as atividades relacionadas com o “início” da propriedade, como os currais, que geralmente ficavam de forma lateral à casa; o depósito; as vendas e o escritório, em caso de ser uma casa de vivenda; e por fim, a recepção das visitas na sala de estar, eram geralmente relacionadas com o papel masculino na sociedade.

Já as atividades ligadas ao feminino, como a preparação de alimentos e a lavagem de roupas, eram postas ao fundo da casa, por ser um local de difícil acesso por parte dos visitantes forasteiros. Demonstrando, enfim, que a formação patriarcal da sociedade respinga e se responsabiliza pela distribuição hierarquizada dos espaços internos, separando as funções e preservando a família. (BITTAR; VERÍSSIMO, 1999 apud OLIVEIRA, 2004, p. 60)

Estudando as casas rurais meia-pontense do século XIX, Adriana Oliveira (2004), chama atenção justamente para a categorização dos ambientes situados na parte anterior da casa, como ambientes predominantemente masculinos, enquanto os posteriores eram marcados pela presença feminina.

A varanda posterior era, e é, o local de encontro da família, não só para as refeições, mas para abrigar outras funções, como o trabalho de costura ou tecelagem das mulheres, o cuidado com os filhos, a prosa entre parentes, o descanso na rede e muito mais. Isto acontecia em decorrência do seu posicionamento como ambiente intermediário entre

o setor de serviços e o repouso, mantendo ainda uma ligação direta com o setor social por meio de um corredor. Era um ambiente preservado dos olhares de estranhos, onde se realizava o convívio familiar conduzido pelas mulheres, que também estavam resguardadas, ao mesmo tempo que mantinham o controle da produção doméstica. Dessa varanda se acessa a cozinha e suas dependências, e o quintal, que se coloca como prolongamento dos espaços de trabalho feminino. (OLIVEIRA, 2004, p. 71)

Como observado, o alpendre e/ou varandas se constituíam enquanto uma extensão a partir do teto da construção principal, podendo ser localizado tanto no início da propriedade, quanto ao final desta. Quando havia a presença de visitas era responsável pela contenção destas, ainda antes de adentrar a casa. No seu sentido geral, era um lugar que abrigava e servia de palco para a união entre os integrantes do grupo familiar, geralmente, sendo reconhecido como um espaço marcado pela presença de atividades relacionadas ao feminino.

Se faz necessário ressaltar que, ainda que essa seja uma constatação feita a partir da análise das casas rurais goianas, ela se aplica para as casas tanto da zona rural quanto da zona urbana da cidade de Cajazeiras, tendo em vista que, por serem ambientes com fronteiras não delimitadas de fato, os costumes e comportamentos podiam ter continuidades em ambas localidades.

No entanto, ainda que haja a repetição da leitura da funcionalidade e separação dos ambientes segundo as atividades a serem desempenhadas nessas duas zonas, encontra-se em alguns bens presentes na pequena urbe de Cajazeiras, uma maior distribuição de cômodos. Podendo ser justificado tanto pela mudança nas técnicas e materiais utilizados para a construção das casas, como o câmbio das feitas em taipas e tijolos por casas feitas inteiramente de alvenaria. Sendo este, um dos aspectos marcantes no que diz respeito às mudanças na arquitetura brasileira da segunda metade do século XIX.

Analisando as casas encontradas no inventário do negociante *Francisco Biserra de Sousa* (1884), que em sua grande maioria estão localizadas no perímetro urbano da cidade, a primeira que consta em sua ficha é descrita da seguinte forma – *feita de tijolos com duas frentes, em branco por dentro*<sup>36</sup>, *tendo uma das frentes cinco janelas, em portas e em gradil, repartida em duas sallas, sete quartos, cozinha, saguão e muro com frente*

---

<sup>36</sup> A partir do cruzamento das informações, acredita-se que quando as paredes da casa são descritas “em branco” e “em preto”, são termos que significam terem ou não a presença de reboco nas paredes.

*para a Rua Formosa, ocupando um terreno de seis braças e meia de frente e vinte e três de fundo* – localizada na Rua da Aurora, e foi avaliada na quantia de 2:700\$000 (dois contos e setecentos mil reis).

E ainda, uma outra casa localizada na Rua da Aurora ou da Cadeia nova, sendo descrita da seguinte maneira – *casa de tijolo com uma porta e duas janelas de frente, uma porta e uma janela de fundo, três salas e um alpendre, ainda em preto por dentro, tendo vinte e seis palmos de frente e vinte e cinco braças de fundo* – avaliada na quantia de 700\$000 (setecentos mil reis).

Verifica-se nessas duas construções elementos que diferem dos imóveis trazidos anteriormente, como por exemplo, uma discrepância entre as quantidades de vãos, com salas e quartos a mais, e que podem ser relacionados ao *ethos* social cultivado pela figura do Francisco Biserra. Sabendo que ainda no século XVIII, no Brasil, não era tão comum o acontecimento de jantares sociais, acontecimento que era mais popular entre os mais nobres. Para a sociedade, no geral, os jantares eram marcadamente um momento destinado à intimidade do grupo familiar.

Já no começo do século XIX, os jantares passaram a se configurar enquanto uma atividade social entre os sujeitos das elites, e somado a isso, a boa recepção das visitas. Nesse momento, se populariza os vestíbulos, local onde as visitas retiravam os acessórios complementares, como o chapéu, para que ficassem mais à vontade. No bem do Francisco Biserra, muito provavelmente, o saguão cumpria o papel social do vestíbulo, que era conhecido por ser o “distribuidor” de passos pela casa.

Chama-se atenção também, para as salas, que como já dito mais acima, eram ambientes marcados pela presença masculina, por serem estes os anfitriões principais da recepção, o que também caracterizavam os tipos de relações e atividades sociais estabelecidas naquela época para os grupos sociais mais abastados, os quais faziam do encontro social um evento efetivo.

Sobre a função das salas, Lemos (1993) afirma que:

A área de estar e de receber é que verdadeiramente se definiu, no último quartel do século XIX, como a derradeira zona a se caracterizar. Antes, as salas eram despojadas e, antes ainda, nos tempos do primeiro imperador, eram quase que vazias, com pouquíssimos móveis e de paredes desnudadas. Salas com o essencial e até faltas de ornamentação. De quadros, de tapetes, de reposteiros. Certa vez dissemos mesmo que,

a partir da metade do século XIX, acrescentou-se nas salas, ao útil, o fútil. Nossas dependências de recepção passaram a receber tapetes, cortinas, gravuras, telas, e espelhos nas paredes sempre revestidas de papel decorado. Sofás de palhinha, almofadas, toalhas de crochê nos tampos de mármore das mesas de centro, relógios de pêndulo e vasos de flores nos aparadores. (LEMOS, 1993, p. 105).

A argumentação que pode justificar o vazio existente nas salas, geralmente com algum pouco mobiliário e quase nada nas paredes, é o fato já mencionado anteriormente, da multifuncionalidade dos vãos. A exemplo da sala que poderia ter a sua função aplicada tanto para a retenção e recepção de visitas, assim como dos olhares de fora, quanto para servir quarto para os vários integrantes do grupo familiar existente. De modo que, os poucos móveis poderiam ser afastados para dar lugar às esteiras de dormir, colchões feitos de palhinha e redes, as quais possuíam encaixe em quase todos os vãos da casa, com a presença de armadores na maioria das paredes da construção.

Geralmente estão presentes em quase todos os cômodos, com exceção da *despensa* – quando existente. A presença de tornos em cômodos como a sala de estar e de jantar atribuía a estes a função secundária de dormitório. Em uma época em que a presença de camas não era constante no mobiliário das casas sertanejas, mesmo do segmento abastado, e quando existente, situava-se geralmente no quarto de casal, o uso de redes supria essa ausência: “No dormitório a rede faz as vezes da cama; na varanda faz as vezes de sofá, e é o lugar de honra que o sertanejo, fiel às tradições hospitaleiras, do índio seu antepassado, oferece ao hóspede que Deus lhe envia”<sup>37</sup>. Atualmente, essa característica ainda é encontrada nas casas sertanejas, principalmente no segmento da população que não pode individualizar o uso do quarto. (SILVA, 2017, p. 86)

Podendo ser um elemento característico das moradias brasileiras daquela época, e levando em consideração a fala do engenheiro francês, Louis Vauthier, acerca das casas oitocentistas brasileiras – ao observar uma casa brasileira, já teria visto todas. E de fato, haviam muitas semelhanças nos desenhos da construção e nos usos a partir deste, no entanto, o costume da presença de tornos em quase todas as paredes, é algo marcadamente sertanejo e, principalmente, nordestino.

Quando se coloca em oposição, as afirmativas trazidas por Tadeu Silva (2017) e, as informações obtidas na leitura dos inventários, a frequência de aparição de camas ou colchões é, realmente, quase mínima, nem mesmo as redes eram objetos valorizados o

---

<sup>37</sup> ALENCAR, 1875 *apud* SILVA, 2017, p. 86

suficiente para serem partilhados, talvez por sua simplicidade e o seu uso indiscriminado no cotidiano daqueles atores.

Ainda explorando o trecho de Lemos, quando menciona que a partir da metade do século XIX, acrescentou-se nas salas, o fútil ao útil, fala-se sobre mudanças comportamentais características para esse momento, e que foram muito bem discutidos também por Mary Del Priore, em seu trabalho intitulado *Histórias da gente brasileira*<sup>38</sup>, destinando uma parte da sua escrita, para a narrativa e análise acerca do supérfluo e o ordinário, das coisas banais ao nascimento do consumo.

Constatando que, se em alguns momentos do século XIX, a casa tem em sua divisão a característica de ser difusa, com a chegada da corte ao Rio de Janeiro e a propagação do neoclássico pela Missão Artística Francesa, a residência urbana e semiurbana brasileira começou a se transformar<sup>39</sup>. Na visão de Gilberto Freyre, esse processo pode ser visto como uma “reeuropização”, em que houve uma espécie de imitação e assimilação dos hábitos da burguesia comercial e industrial.

E de fato, nas casas do perímetro semiurbano da cidade de Cajazeiras, aconteceu algumas mudanças, como a já mencionada, mudança nos materiais utilizados para a construção, aumento na quantidade de vãos e uma maior especificação nas atividades a serem desempenhadas em cada um destes. Por exemplo, no inventário do negociante *Francisco Biserra de Sousa*, no primeiro bem de raiz listado, é possível encontrar a presença de duas salas e sete quartos, em que pode ser atribuída a uma destas salas, a recepção dos seus convidados, com os quais cumpriam atividades sociais e políticas na cidade, e talvez uma outra, destinada à convivência íntima dos seus.

Em pelo menos uma destas salas, pode-se formular a hipótese de que serviria como um salão de jogos, claramente voltadas para às figuras masculinas, em que pode ser visto a presença de “*um bilhar usado, com seus pertences constituintes em: quatro bancos com assento de palhinha, uma banquinha envernizada, duas cadeiras com assento de palhinha, uma mesa grande, um relógio de parede, cinco quadros grandes para enfeite da sala, um cabide, uma “reispora”, quatro bolas de manfeire, tacos*

---

<sup>38</sup> DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira: volume 2: Império*. Rio de Janeiro, Leya, 2016.

<sup>39</sup> DEL PRIORE, Mary. Rio de Janeiro, Leya, 2016, p. 159.

*marcadores, ceroudellas, e quaisquer outros utensílios*”. No arrolamento dos bens ainda se encontra: quatorze espelhos, marquesões, mesas pequenas, etc.

Para o recorte estabelecido, apenas esse inventário contém artefatos relacionados à vida social e lazer, a exemplo da mesa de bilhar. No entanto, a presença de sofás, marquesões, mesas pequenas ou qualquer objeto que pudesse ser utilizado para a decoração da sala, também é encontrada na documentação ao longo dos anos. Complementando a ideia de que as salas, com o passar do tempo, adquirem uma funcionalidade pré-estabelecida e única. Assim como, de que a fonte documental utilizada permite a visualização da vida social dos sujeitos de elite.

O inventário de Francisco Biserra destoa, em muitos sentidos, de toda a documentação utilizada, então por mais que ele seja alguém que, talvez, personifica a riqueza obtida em vida e partilhada em morte pelas elites locais, não deve ser visualizado como a regra para o sertão paraibano, nem mesmo entre os integrantes da sua mesma classe social. Então, sendo assim, ele possuía sim, uma sala destinada aos eventos sociais, mas a ideia de que a sala continuava com a função secundária de dormitório para a maioria destes atores sociais, é uma hipótese igualmente real.

Quando se visita a documentação, percebe que a descrição do que se tinha por dentro das casas não é tão comum, em alguns casos, se encontra a descrição de quantos vãos o bem possuía, como os que já foram mencionados acima. Geralmente, a descrição consiste no material, tamanho, número de janelas e portas e o seu tamanho em braças ou palmas. Mesmo assim, fica claro dentro desta lógica, que o grupo familiar possuía um lugar para descansar, seja esta a sala, quartos ou alcovas. E é partindo deste pressuposto, que se esboça uma análise acerca do “descansar” destas famílias.

Como já falado, nas casas rurais e semiurbanas, era bastante comum a sala configurando um espaço de descanso, a qual abrigava quase todos os integrantes da família para o momento da dormida, quando ainda havia o quarto do casal, e quando não existia, a sala se tornava um quarto coletivo. Os quartos, geralmente, eram localizados na porção central da casa, podendo fazer fronteira com a sala de visitas, ou logo após o corredor, de forma reclusa, situava-se os quartos das mulheres da casa.

Podendo haver a presença de janelas ou não, que fornecessem passagem de ar e luz para esses ambientes, os quartos e alcovas, comumente, eram construídos de forma

conjugadas entre si, isso evitava as fugas ou visitas não bem vindas nesses lugares, protegendo a honra das mulheres da casa. Ficava claro, a falta de privacidade entre os familiares no ambiente do lar, mas que consistia em um costume ou comportamento comum daquela época. No entanto, não significa dizer que as noções de privacidade e de intimidade não diferiam entre os grupos sociais.

Com as transformações acontecidas nas esferas sociais, políticas e culturais da segunda metade do século XIX, o morar também adquire um novo significado. A casa, em sua forma estrutural, em que outrora abrigava tanto as atividades relacionadas ao serviço, quanto ao habitar, passa a ser percebido como um lugar de fronteira, entre os ambientes externo e interno, e se criam noções que aprofundam o que era público e privado. A rua passa a ser um lugar predominantemente masculino, enquanto a casa se torna um lugar permeado pela figura feminina.

Com a construção das bases fundamentando o que seria a intimidade e a privacidade, acontece o que outrora foi mencionado, a sala solidifica as funções do estar unindo o fútil ao útil, enquanto os quartos são destinados para o descanso noturno, protegendo-se com a intimidade e o conforto (DEL PRIORE, 2017). Ocorrendo a efetiva separação destes ambientes, principalmente, nas casas semiurbanas e abastadas.

### **3.4 O poder e a riqueza que emana por trás das janelas e portas**

A partir das informações fornecidas no arrolamento dos bens de raiz dos inventariados, percebeu-se a existência ao longo de vários destes, e principalmente, nas casas, a minúcia nas informações que importavam para a avaliação daquele bem. Como o supracitado, material utilizado na sua construção, a quantidade de vãos, existência ou não de benfeitorias, e por fim, a quantidade de portas e janelas.

Sabe-se, a partir do que já foi discutido ao longo dos capítulos, que entre as casas localizadas na zona rural e semiurbana da cidade de Cajazeiras, se encontrava não apenas casarões bem divididos internamente e com as suas funções bem estabelecidas. Dentro da classe dos mais abastados, também era possível observar casas que possuíam dois ou três vãos, e, no entanto, uma grande quantidade de portas e janelas. Mas, talvez não fique claro o significado por trás da sua existência.

A existência de forma “exagerada” de janelas e portas podem ser explicadas em três sentidos: primeiro, uma forma de fazer com que o ar circulasse internamente, tendo

em vista que, em caso da presença de alcovas, implicavam em um vão não ventilado, portanto abafado; em segundo lugar, a partir da segunda metade do século XIX, quando a casa começa a constituir um ambiente de fronteira entre a vida pública e privada, e acrescentando-se a ideia do “bem viver” e “bem morar” nesse sentido, elementos como a decoração de fachadas, portas envidraçadas e janelas, adquirem o sentido de vitrines que exibiam a riqueza e a mobilidade social; e por fim, no mesmo processo de transformação, a casa adquire a imagem de um lugar reservado e apropriado para a existência feminina, em contraposição às ruas, ambientes majoritariamente masculinos.

A vida social feminina, ainda nesse momento, era atrelada às figuras de proteção da honra, como pais, tios e maridos. De forma que, a transitoriedade por esses espaços deveria ser feita sempre na companhia de alguém de confiança, e sob as vistas do público. Um artifício utilizado por essas damas e senhoras que ficavam recolhidas em seus lares, na maior parte do tempo, era a observação das ruas e da vida cotidiana através de suas janelas, podendo se configurar como uma estratégia de participação no meio social, ainda que mínimo.

Ainda que a explicação para existência dessas portas de entrada do mundo exterior para o interior possa ser feita a partir desses três sentidos, o que ganha mais força dentro da análise dos elementos presentes nas casas brasileiras é o do viés de ostentação e distinção das elites, com as janelas e portas servindo de vitrine para a riqueza dos mais abastados.

Percebendo que, em alguns casos, como o da casa de tijolos, contendo três vãos, oito portas e seis janelas<sup>40</sup>, mais valia a presença destes elementos constituintes e que agregavam com valor e distinção entre as camadas sociais, do que a sua planta sendo bem dividida de acordo com as atividades a serem desempenhadas, com a presença de uma grande quantidade de vãos. Vale mencionar, que esta casa foi bem avaliada no valor de 200\$000 (duzentos mil reis), e localizada no Sítio Baixa Grande.

Ao longo da discussão empreendida se tornou possível a compreensão acerca da do patrimônio de “pedra e cal”, em que nessa nomenclatura se refere à sua materialidade, e não os seus materiais construtivos de fato. Lançando mão das ferramentas ou métodos de estudos próprios da cultura material, entrevê que a casa assume tanto o lugar de

---

<sup>40</sup> Ver apêndice, tabela nove.



documento a ser analisado, quando de um texto a ser lido e explorado, revelando e representando que a produzia e dentro do seu contexto próprio de construção. Apropriando-se da frase proferida por Paulo Freire, no texto intitulado *A importância do ato de ler*, vale ressaltar, que com algumas ressalvas, o autor afirma que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, ou seja, a leitura da realidade e das palavras acontecem de forma simultânea, uma apoiada na outra, de modo que o contexto do sujeito que está aprendendo, seja levado em consideração.

Da mesma forma, propõe-se a partir desta escrita, a leitura da casa apoiada na compreensão no universo em que ela estava situada, e o que esta realidade revela ao leitor. Dando-se conta de que, por mais que as construções das casas em muitos dos casos não se dessem a partir da técnica de profissionais, engenheiros e/ou arquitetos, o seu desenho deixa revelar uma lógica dentro do cotidiano daquelas famílias, onde cada ambiente tinha a sua determinada funcionalidade.

Ou, mais importante que isso, a construção da casa envolve o processo de atribuição de sentido, seja este de forma consciente ou não, e que marcam não apenas a disposição dos vãos, a divisão interna ou o tipo de material utilizado, mas também uma dinâmica própria das famílias sertanejas, seja no viés da sociabilidade ou da intimidade. Percebe-se a construção destas como fruto e herança da influência cultural, seja esta nativa, dos colonos ou dos árabes mulçumanos, formando assim, uma cultura própria do morar no sertão paraibano.

Para tanto, a casa pode e deve ser vista como um artefato cultural de uma sociedade, e sendo assim, abrigava também, práticas culturais de seus habitantes. Se existia práticas, concomitantemente, se gerava representações, que por sua vez formavam o imaginário social, servindo de forças reguladoras da vida coletiva e designadoras de identidade.<sup>41</sup> Ou seja, se as representações passam a ser vistas nas construções, seja estas de casas, fazendas ou edifícios, enquanto signos e artefatos da sociedade, estas adquirem a percepção de linguagens que deixam entrever o imaginário social das coletividades.<sup>42</sup>

Tornando possível, cada vez mais, o conhecimento não só acerca da construção das casas, os seus materiais, a sua divisão interna, a dimensão, mas quem a produzia,

---

<sup>41</sup>BACZKO, 1985 apud OLIVEIRA, 2004, p. 202

<sup>42</sup> Ibidem, p.202.

quais as atividades desempenhadas e por quem, qual o significado do possuir, e no que isto implicava na elaboração do *ethos* social dos sujeitos históricos cajazeirenses. Observando que a casa, assim como vários outros artefatos encontrados nos inventários, fomentava a ideia de riqueza, poder e distinção entre as elites locais, assim como, das outras camadas sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais características do inventário *post-mortem* reside na sua capacidade de ser uma fonte serial, o que implica na ideia de quanto maior o acúmulo de processos lidos, maior seriam as chances de analisar as nuances de um determinado objeto ao longo do tempo escolhido. No entanto, isso não significa afirmar que as fontes seriais se tornam mais fáceis de constituírem uma narrativa ou uma sequência de fatos, pois como já dito anteriormente, ainda que fosse possível, a busca por uma verdade “maior” não se apresenta como objetivo para o historiador.

Ao contrário disto, as diversas informações recolhidas conforme a leitura da documentação chama a atenção do pesquisador para a sua pluralidade no que diz à temática escolhida, os inventários podem ser uma peça chave para o estudo das riquezas das famílias abastadas, para o contato com escravos enquanto patrimônio deixado e partilhado, possibilita o reconhecimento do aparato político e judicial, que muitas vezes se misturavam, das sociabilidades, entre outros.

Mostra-se uma fonte “caleidoscópica” como dito anteriormente, em que as imagens (leia-se narrativas) mudam à medida em que a luz reflete e movimentos diferentes são realizados. Nesse sentido, esta documentação foi crucial para o reconhecimento das casas enquanto símbolo de riqueza, ostentação, poder, afetividade, intimidade, fronteira, etc.

Sabe-se que, na historiografia, o estudo das casas brasileiras se torna objeto de estudo desde o século XX, principalmente, a partir do olhar atento do sociólogo Gilberto Freyre a partir de obras como *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936), onde pôde perceber as relações estabelecidas nesses ambientes a partir das dinâmicas estabelecidas entre os seus moradores, englobando os senhores e os escravizados.

De forma parecida, neste trabalho foi proposto observar não apenas a construção por si só, como um monumento que se coloca pra ser admirado sem se pensar na sua localização, os seus moradores e os modos de viver, as conexões familiares e sociais, e de qual forma, a casa se constituía como a imagem da mobilidade social, utilizando-se de discussões acerca da cultura material.

Dessa forma, se torna possível (re)conhecer uma Cajazeiras um pouco diferente da apresentada nas escritas tradicionais. Ser colocada como diferente, não significa dizer que se desconstruiu uma imagética da cidade e foi construída outra em seu lugar, pois isso, também implicaria na ideia de uma verdade a ser atingida. Mas, mostra a cidade a partir de uma outra lente focal, que mesmo trabalhada a partir dos sujeitos componentes da elite local, permite enxergar a movimentação da cidade não só a partir das ações destes, como por exemplo, a compreensão das feiras públicas e das dinâmicas acontecidas naquele ambiente diverso socialmente, o fluxo existente entre as zonas urbanas e rurais.

É evidente que, por ser o recorte escolhido para esta pesquisa, é esperado que se encontre mais componentes pertencentes à elite do que as outras camadas sociais. Se o recorte estabelecesse o cruzamento de fontes, que pode vir a ser uma outra possibilidade de estudo, seria mais perceptível o enfrentamento com estas camadas.

Sendo assim, foi possível o reconhecimento da cidade enquanto uma espacialidade que possui em si a capacidade de ser uma zona de trocas, sejam estas comerciais, culturais, sociais e políticas. Contendo uma pequena elite abastada, que se destacava através da documentação, em cargos ligados ao judicial, assim como, enquanto negociantes, comerciantes, políticos. E estes, por sua vez, como grandes possuidores de bens de raiz.

Os imóveis ainda que, principalmente, relacionados ao poder e riqueza que emanavam, também estavam ligados à agricultura de subsistência, e em certa medida de exportação, como é o caso do cultivo do algodão, contribuindo para todas as relações acima citadas. Permitindo observar a intenção relação desses sujeitos com a terra, no sentido físico, pois a terra tudo dava: água, animais de criação, alimentação, e logo, riqueza.

Por fim, conclui-se que as casas de morada, foco da pesquisa, se apresentam como um patrimônio que revela a subjetividade dos seus moradores, que por si consome, produz, reproduz, descansa e habita aquela espacialidade, feita para e a partir de seus desejos ou de suas necessidades. Pois, sendo assim, a casa além de se situar no lugar de fronteira, ela também é a própria fronteira em si, para cada componente do grupo familiar e para cada atividade realizada da porta para dentro e da porta para fora.

## **FONTES CONSULTADAS**

### **2º Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Junior – Cajazeiras, PB**

- Inventário de Salvador de Luna Ramalho. \_1876\_(1)(CaixaAzul\_1867)\_. 1876.
- Inventário de Vitalina Maria de Jesus. \_1876\_(2)(CaixaAzul\_1867)\_. 1876.
- Inventário de Manoel Gonsalves da Silveira. \_1876\_(2)processo(1)(CaixaAzul\_1867)\_. 1876.
- Inventário de Hermino José de Souza. 1876\_(1)processo(1)(CaixaAzul\_1867)\_. 1876.
- Inventário de Raimundo Jozé de Freitas. 1876\_(3)(CaixaAzul\_1867)\_. 1876.
- Inventário de Anna Maria Bizerra. 1876\_(3)processo(1)(CaixaAzul\_1867)\_. 1876.
- Inventário de Josefa Candida Bezerra. 1876\_DOC 2(CaixaAzul\_1867)\_. 1876.
- Inventário de Maria Francisca da Conceição e Gonçalo Correia de Meneses. Processo #: 1878(CaixaAzul\_1873.1938). 1878.
- Inventário de Isalina Felinto D' Albuquerque Cartaxo. Processo #: 1879 (Caixa Cinza\_1904.1905). 1879.
- Inventário de Manoel Eufrázio de Sousa e Maria Custodia de Jesus. 1880\_(2)\_. 1880.
- Inventário de Antonio Lins de Albuquerque. 1880\_. 1880.
- Inventário de José Pereira da Cunha. 1879\_(2)processo(CaixaAzul\_1873.1938). 1880.
- Inventário de Dona Anna Rosa do Espírito Santo. 1880\_sem nr (2)\_. 1880.
- Inventário de Dona Antonia Jacyntha de Jesus. 1880\_sem nr\_ . 1880.
- Inventário de Dona Maria Francisca de Carvalho. 1880\_sem nr(3)\_. 1880.
- Inventário de Lourenço Alves da Silva e Manuela Maria da Conceição. 1880\_(1)\_. 1880.
- Inventário de Manoel Gomes de Albuquerque. 1880\_8\_. 1880.
- Inventário de Bernadino José de Freitas. 1880\_sem nr (1)\_. 1880.
- Inventário de Dona Barbosa Maria do Espírito Santo. 1881\_semnr\_(CaixaAzul1873.1917). 1881.
- Inventário de João Gonsalves de Lima. 1881\_(1)processo(CaixaAzul\_1873.1938). 1881.
- Inventário de Antonio Lins de Albuquerque e Antonia Jacyntha de Jesus. 1881\_3. 1881.
- Inventário de Dona Antonia Maria Gonçalves do Espírito Santo. 1881\_21processo (CaixaCinza\_1883). 1881.

Inventário de Maria do Rosario de Leite. 1882\_9processo(CaixaCinza\_1851.1883)\_  
1882.

Inventário de Cosme Gomes de Brito Guerra e Maria Izabel do Espírito Santo.  
1882\_11processo(CaixaCinza\_1851.1883)\_ 1882.

Inventário de Dona Antonia Rolim de Albuquerque. 1883(2)(CaixaCinza\_1851.1883).  
1883.

Inventário de Dona Lucina Maria de Jesus. 1883(2)(CaixaCinza\_1851.1883). 1883.

Inventário de Dona Delfina de Jesus do Espírito Santo.1883(2)  
(CaixaCinza\_1851.1883). 1883.

Inventário de Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo. 1883\_19processo(CaixaCinza\_  
1851.1883). 1883.

Inventário de Victorino Gomes Leitão. 1883\_5(CaixaCinza\_1851.1883). 1883.

Inventário de Manoel de Sousa Teixeira. 1883\_19processo(Caixa Cinza\_1851.1883).  
1883.

Inventário de Simão Nantua Cearense e Luzia de Tal. 1883(6)(CaixaCinza\_1851.1883).  
1883.

Inventário de Francisco Biserra de Sousa. 1884\_. 1884

Inventário de Antonio Francisco dos Santos. 1885\_(1)processo(CaixaAzul\_1873.1938).  
1885.

Testamento de Theresa Maria de Jesus. 1886\_(1)processo(CaixaCinza\_1913). 1886.

Inventário de Maria da Conceição. 1887\_(1)processo(CaixaAzul\_1873.1938). 1887

Inventário de Oligntho Alves de Oliveira. 1888\_(1)processo(CaixaAzul\_1873.1938).  
1888.

Inventário de José Francisco da Cunha. 1889\_sem nr(CaixaAzul\_1873.1938). 1889

Inventário de Felirmina Maria do Amor Divino. 1889\_(1)processo(CaixaAzul\_1873.  
1938)\_ . 1889.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADERALDO, Mozart Soriano. **Antonio Joaquim do Couto Cartaxo**. Revista do Instituto do Ceará, 1957.
- BARROS, José D' Assunção. **A história cultura e a contribuição de Roger Chartier**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.
- BRESCIANI, Maria Stella. **As sete portas da cidade**. In: Espaço & debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Ano XI, n. 34, 1991, p. 10-15.
- CERTEAU, Michel de. Caminhadas pela cidade. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: tomo I – Artes de fazer**. 3ª Edição: Editora Vozes, Petrópolis, 1998.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira: volume 2: Império**. Rio de Janeiro, Leya, 2019.
- FILHO, Milton Stanczyk. **Instrumentos de pesquisa: indicadores possíveis na exploração de testamento e inventários post-mortem**. Anais da V Jornada Setecentista, Curitiba, 2003, p. 455-489.
- FILHO, Osmar da Silva. **Na cidade da Parahyba, os percursos e as tramas do moderno (1892-1923)**. 1999. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- JACQUES, Paola Berenstein. Pensar por montagens. In: JACQUES, Paola Berenstein. PEREIRA, Margareth da Silva (org.) **Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I – modos de pensar**. Salvador: EDUFBA, 2018, 335 p.
- LEITÃO, Deusdedit. **Ruas de Cajazeiras**. Gráfica Ideal – Cajazeiras, João Pessoa, 2005.
- LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. **Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX**. Anais do Museu Paulista, Nova Série, nº 1, 1993.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais: Patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII)**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. **Inventários e sequestros: fontes para história social**. Revista do Departamento de História. 9 (1989), p. 31-45.
- MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX** – Bonfim do Paraopeba/ MG. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.
- OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **A casa como universo de fronteira**. 2004. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2004.
- PROWN, Jules David. **Mind in matter: An introduction to material culture theory and method**. Winterthur Portfolio, vol. 17, No. 1 (Spring, 1982), p. 1-19. Published by: The University Of Chicago Press.
- REDE, Marcelo. **História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos da cultura material**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, N. Sér, v.4, p. 265-82 jan./dez. 1996.

SILVA, Janice Correa da. **Em busca de distinção e riquezas: patrimônios materiais e poder no sertão do Rio Piranhas, capitania da Parahyba do Norte (segunda metade do século XVIII)**. 2013. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2013.

SILVA, Tadeu Pereira da. **Arquitetura e História no sertão da Paraíba: um estudo das moradias rurais na cidade de Paulista (1820 a 1935)**. 2017. Monografia (Graduação), Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, 2017.

SYMANSKI, Luis Cláudio P. **Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos**. Revista de Arqueologia, 21, n.2: 73-96, 2008.

TEIXEIRA, Adriano Braga. **Inventários *post-mortem*: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural**. Mal-estar e sociedade – Ano V, n.8, Barbacena – janeiro/ junho 2012, p.63-83.



## APÊNDICE

*Tabela 1 - Utensílios Domésticos (1876-1880)*

Descrição dos Bens	Valor	Inventariada(o)	Identificação do Processo
Sete colheres de prata	4\$900	Anna Maria Bizerra (1876)	1876(3)processo(1)(CaixaAzul_1867)_
Garfos de prata	1\$400		
Seis colheres pequenas de metal	1\$200		
Uma Bacia de louça branca pintada	1\$000		
Uma chaleira de ferro	2\$000		
Um tacho grande de cobre	20\$00 0		
Uma “sella” de montaria de senhora	5\$000		
Um tacho de cobre (24 libras)	16\$00 0	Raimundo Joze de Freitas (1876)	1876_(3)(CaixaAzul_1867)_
Dois tachos (20 libras)	26\$40 0		
Um tacho (14 libras)	9\$240		
Uma “sella”	5\$000	Manoel Gonsalves da Silveira (1876)	_1876_(2)processo(1)(CaixaAzul_1867)
Um tacho grande	20\$00 0	Vitalina Maria de Jesus (1876)	1876_
Uma “sella” de montaria para senhora	8\$000		
Dois tachos baixos dobrados em ferro	28\$00 0		
Dois tachos	30\$00 0		

Um “selim”de homem em bom estado	7\$000		
Um tacho grande	8\$000	Josefa Candida Bezerra (1876)	1876_DOC2(CaixaAzul_1867)_
Um tacho menor	3\$000		
Dois espelhos dourados	4\$000		
Um almofariz de bronze	2\$000		
Um corpo de vidro	\$500		
Um carro de madeira pequeno	16\$000		
Um tacho furado de cobre	10\$000	Maria Francisca da Conceição e Gonçalo Correia de Meneses (1878)	1878(CaixaAzul_1873.1938)
Tacho pequeno de cobre	10\$000		
Um tacho de cobre de meio tamanho	5\$000	Lourenço Alves da Silva e Manuela Maria da Conceição (1880)	1880_(1)_
Um copo de prata e uma salva	13\$120	Mariano Gomes d’Albuquerque (1880)	1880_8_
Um tacho em bom estado	2\$000		
Um tacho em mau estado	1\$200		

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Tabela 2 - Mobiliário (1876-1880)

<b>Descrição dos Bens</b>	<b>Valor</b>	<b>Inventariada(o)</b>	<b>Identificação do Processo</b>
Um oratório em bom estado	15\$000	Anna Maria Bizerra (1876)	1876(3)processo(1)(CaixaAzul_1867)_
Uma imagem do senhor crucificado	5\$000		

---

Uma outra dita de metal [ilegível]com cruz de madeira	2\$000
<hr/>	
Uma pequena imagem de São Romão com resplendor de prata	2\$000
<hr/>	
Uma imagem de Nossa Senhora da Conceição com uma coroa de prata	8\$000
<hr/>	
Uma imagem de São Francisco de Chagas com resplendor de prata	6\$000
<hr/>	
Uma imagem da Senhora Sant'Anna com resplendor de prata	8\$000
<hr/>	
Uma redoma de ouro com uma pequena vidraça	21\$000
<hr/>	
Uma mesa grande de cedro com gaveta, quatro pés, oito palmos de comprimento	4\$000
<hr/>	
Uma mesa de cedro, quatro pés, com gaveta	10\$000
<hr/>	
Quatro castiçais de vidro	3\$200
<hr/>	
Quatro castiçais de latão	6\$000

---

Um barril de cedro	1\$000		
Um tamborete de madeira	1\$000		
Um jogo de caixas de pregaria	6\$000		
Uma caixa de madeira	1\$000		
Um ferro de engomar de latão	1\$000		
Um banco grande de cedro	\$800		
Uma prensa de imprensar massa	12\$00		
Um forno de tijolo e barro	4\$000		
Uma mesa com gaveta	3\$000	Hermino José de Sousa (1876)	1876_(1)processo(1)(CaixaAzul_1867)_
Um jogo de caixas de meia pregaria	14\$000		
Uma mesa nova de cedro com duas gavetas	4\$000	Manoel Gonsalves da Silveira (1876)	_1876_(2)processo(1)(CaixaAzul_1867)
Uma caixa de pregaria	4\$000		
Uma mesa de cedro com quatro pés e gavetas	6\$000	Vitalina Maria de Jesus (1876)	1876_
Uma caixa de pregaria	10\$000		
Um banco de cedro	2\$000		
Uma cômoda de cedro com quatro gavetas	20\$000		

Um jogo de caixas de preguias	16\$000		
Duas cadeiras de encosto coberto de sola	3\$000		
Um banco de pau d'arco	2\$500		
Uma mesa de cedro de jantar com gavetas	6\$000	Salvador de Luna Ramalho (1876)	V001PROCESSO
Um jogo de caixa de preguias	10\$000		
Quatro cadeiras de sala cobertas	4\$000		
Uma dúzia de cadeiras de palhinha	40\$000	Josefa Candida Bezerra (1876)	1876_DOC2(CaixaAzul_1867)_
Duas cadeiras de braço	12\$000		
Um sofá de palhinha	30\$000		
Uma mesa grande de jantar tendo duas gavetas	12\$000		
Duas bancas envernizadas	8\$000		
Três mesas ordinárias	1\$500		
Uma marquesa de palhinha	20\$000		
Duas salvas de vidro	1\$280		
Um violão	10\$000		
Um tocador	2\$000		
Um candeeiro grande de gás	5\$000		
Dois jogos de baús	30\$000		

Mesa velha	4\$000	Maria Francisca da Conceição e Gonçalo Correia de Meneses (1878)	1878(CaixaAzul_1873.1938)
Banco grande	4\$000		
Uma caixa de pregaria	12\$000	Isalina Felinto d'Albuquerque Cartaxo (1879)	1879(CaixaCinza_1904.1905)
Mesas pequenas	6\$000		
Um "marquesão"	15\$000		
Jogo de baús	16\$000		
Mesa com gaveta	6\$000	José Pereira da Cunha (1880)	1879_(2)processo(CaixaAzul_1873.1938)
Uma mesa de cedro com gaveta	5\$000	Dona Anna Rosa do Espírito Santo (1880)	1880_semnr(2)_
Dois tamboretos cobertos de couro	2\$000		
Um jogo de caixas coberto de couro de pregaria	12\$000		
Uma mesa grande velha sem gaveta	1\$000	Lourenço Alves da Silva e Manuela Maria da Conceição (1880)	1880_(1)_
Uma mesa pequena com gaveta	1\$000		
Uma mesa grande velha com gaveta	2\$000		
Um banco de cedro	\$500		
Uma caixa velha	1\$000		
Um jogo de malas de cairo	2\$000		
Quatro cadeiras velhas	4\$000		

Um jogo de malas mais velho	1\$000		
Um jogo de caixa coberta	3\$000	Mariano Gomes d'Albuquerque (1880)	1880_8_
Um jogo de caixas velhas	2\$000		
Uma caixa velha	1\$000		
Seis cadeiras em bom estado	6\$000		
Três cadeiras	1\$500		
Uma mesa de cedro com gavetas	10\$000		
Um baú de cedro grande	4\$000		
Uma mesa velha de cedro com gaveta	3\$000	Bernadino José Ferreira (1880)	1880_semnr(1)_
Duas cadeiras velhas	2\$000		
Dois jogos de malas velhas de cairo	6\$000		

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Tabela 3 - Joias (1876-1880)

<b>Descrição dos Bens</b>	<b>Valor</b>	<b>Inventariada(o)</b>	<b>Identificação do Processo</b>
Um “transilim” de ouro com uma cruz também de ouro	42\$000	Anna Maria Bizerra (1876)	1876(3)processo(1)(CaixaAzul_1867)_
Uma cruz de ouro	21\$000		
Um anel	6\$000	Vitalina Maria de Jesus (1876)	1876_
Um anel rendado	1\$000		
Um crucifixo grande	24\$000		

Uma cabeça de pentes de prata coberta de ouro	1\$500		
Um “parzinho” de argolas lisas	2\$000		
Um “anelzinho” roliço	1\$000		
Um “anelzinho” com pedra azul	1\$000		
Duas varas de colar já quebrado	24\$000		
Um par de brincos	2\$000		
Uma gargantilha de ouro	24\$000	Josefa Candida Bezerra (1876)	1876_DOC2(CaixaAzul_1867)_
Uma gargantilha	15\$000		
Um rosário grande ouro tendo uma cruz	45\$000		
Uma “carretilha” de prata	1\$000		
Uma cruz de ouro	4\$500		
Duas “caçulêtas”	3\$000		
Seis anéis de ouro	12\$750	Isalina Felinto d’Albuquerque Cartaxo (1879)	1879(CaixaCinza_1904.1905)
“Cadeia” de ouro para relógio	16\$500		
Transilim de ouro	18\$750		
Alfinete de ouro	3\$750		
Três pares de brincos de ouro	7\$500		



“Cassulita” com cordão de ouro	7\$500		
Par de rosetas	6\$000		
Crus de ouro	3\$000		
Um anel grande de ouro com pedra	5\$000	Dona Maria Francisca (1880)	1880_semnr(3)_
Vara e meia de cordão de ouro com uma cruz pequena também de ouro	10\$000	Lourenço Alves da Silva e Manuela Maria da Conceição (1880)	1880_(1)_
Um anel de ouro grande	3\$000		
Um anel de ouro	2\$000		
Um par de brincos de ouro	4\$000		
Um alfinete de ouro para peito	4\$000		
Dois anéis sendo um maior e outro menor	5\$000		
Uma cabeça de pentes de prata coberta de ouro	5\$000		
Um par de argolas	4\$000		
Uma cabeça de pentes de prata coberta com ouro sendo um grande e dois pequenos	5\$000		
Um par de argolas	4\$000		
Dois anéis sendo um maior e outro menor	5\$000		

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Tabela 4 - Bens de Raiz (1876)

<b>Especificação do Bem</b>	<b>Descrição</b>	<b>Localização</b>	<b>Valor</b>	<b>Ano</b>
Casa	“tendo na frente um oitão e um muro de tijolo, calçada de pedra e o mais de taipa com uma cozinha atrás, coberta de telhas, tem duas portas na frente e a sala de “seante” ladrilhada”	Rua da Matriz	200\$000	1876
Casa de vivenda	Coberta de telha com a frente e o oitão de tijolo, quarenta e sete palmos de frente e sessenta de fundo, com duas portas e duas janelas	-	120\$000	1876
Uma banda de casa	Feita de taipa	Data Matta Fresca	20\$000	
Casa	De tijolos com a frente em branco, uma porta e uma janela na frente, vinte palmos de frente e cinquenta e cinco de fundo	Na villa, rua Joaquim de Souza, n° 22	300\$000	
Casa	Com a frente em branco quinze palmos em frente e cinquenta em fundo com três portas	Rua do Comércio, n° 16	250\$000	1876
Parte de terras	-	Riacho Catolé, e lugar Picada, Data de São Francisco	97\$642	1876
Parte de terras	-	Data da Matta Fresca	72\$000	1876
Açude	Metade do açude de terra	Lugar Picada, Data de São Francisco	200\$000	1876
Parte de terras	-	Lugar Pai Feles	18\$960	1876

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Tabela 5 - Bens de Raiz (1878-1879)

<b>Especificação do Bem</b>	<b>Descrição</b>	<b>Localização</b>	<b>Valor</b>	<b>Ano</b>
Casa	Feita de taipa em bom estado	-	100\$000	1878
Parte de terra	-	-	11\$244	1878
Parte de terra	-	-	25\$000	1878
Parte de terra	Cento e vinte braças de terra, com metade do açude e metade da casa	Lugar Gadelha, Data de Santo Antônio	74\$018	1879
Casa	Feita de tijolos	Rua d'Aurora	400\$000	1879
Parte de terras	-	Comarca Data de Timbaúba	14\$357	1879

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Tabela 6 - Bens de Raiz (1880)

<b>Especificação do Bem</b>	<b>Descrição</b>	<b>Localização</b>	<b>Valor</b>	<b>Ano</b>
Parte de terra e Casa	Trezentos e cinquenta braças de terras para plantar e criar com novecentos braças de fundo com uma casa de taipa grande e velha, com porta e janela na frente	Lugar Patamuté, Data de Cachoeirinha	875\$000 (terras) 40\$000 (casa)	1880
Parte de terra	Quinhentos braças de terras com mil e cem braças	Data de Cachoeirinha	1:500\$000	1880
Parte de terra	Cem braças de terras	Lugar Queimadas, Data de Santo Antônio	200\$000	1880
Parte de terra	-	Jatobá, Data de Alazão de Dentro	200\$000	1880
Parte de terra	-	Serra Vermelha	15\$000	1880

Parte de terra	Medindo quatrocentos braças de testada e oitenta de fundo	Baixa Grande	80\$000	1880
Parte de terra e casas (mesma localidade)	Medindo quatrocentos braças de testada e seiscentos braças de fundo, com uma casa grande de morada de frente de tijolos com duas portas e duas janelas de frente e sótão; Três casas de taipa, um açude de terra e um engenho de madeira	Cacaré	200\$000	1880
Parte de terra	Medindo seiscentos braças na largura da nascente a poente e cinquenta de comprimento de Sul a Norte	Baixa Grande	42\$500	1880
Parte de terra	Medindo quatrocentos braças de testada e seiscentos braças de fundo	Sítio Aserem	-	1880
Parte de terra	-	Sobra do Catolé	134\$000	1880
Parte de terra	-	Sobra do Catolé	19\$426	1880
Parte de terra	-	Sobra do Catolé	6\$681	1880
Parte de terra	-	Sobra do Catolé	32\$753	1880
Açude	Um açude edificado	Sítio Capoeira, Sobra do Catolé	40\$000	1880
Parte de terra	-	Serra Vermelha	25\$000	1880
Parte de terra	-	Açude Preiteiras	40\$000	1880
Casa	Casa de taipa velha	-	24\$000	1880

Parte de terra	Duas partes de terra	-	3\$000	1880
Parte de terra	-	-	1\$700	1880
Parte de terra e Casa	Casa de taipa com uma porta de frente e um açude de terra pequeno seco, um cercado em comum	Sítio Capoeira, Data da Matta Fresca	300\$000	1880
Parte de terra	-	Data de Lagão de São Francisco	18\$000	1880
Parte de terras e casas	Uma parte de terra com duas casas velhas de taipa e dois açudes de terra sendo um grande e outro pequeno	Sítio Capoeiras	820\$000	1880
Parte de terra	-	Sobra do Catolé	118\$660	1880
Parte de terra	Medindo quatrocentos e cinquenta braças de Norte a Sul e de Nascente a Poente, setecentos e quarenta braças	Baixa Grande	322\$000	1880
Parte de terra	-	Serra Vermelha	70\$487	1880
Açude	Açude de meio tamanho de terra ser água nem lama	-	200\$000	1880
Casa	Feita de taipa com a frente em tijolos pretos	-	50\$000	1880
Parte de terra e casa	Com uma morada de casa de taipa destinada, tendo oitenta braças em comum	Data do Bé	100\$000	1880
Parte de terra e casa	Com uma casa de taipa, tendo trinta braças e oito palmos	Sítio Almas	50\$000	1880

Parte de terra e casa	Medindo duzentos e cinquenta braças com uma casa velha de taipa, grande e com alpendre	Barra do Catolé	100\$000	1880
Parte de terra	-	Alagoa de São Francisco	27\$203	1880
Parte de terra	-	Serra do Amaro	38\$807	1880
Parte de terra	Medindo duzentos e cinquenta braças	Data de Timbaúba	200\$000	1880
Parte de terra	-	Católé de Baixo, Data de Alagoa de São Francisco	38\$058	1880
Casa	Feita de taipa com frente de tijolos tendo a frente em branco com três portas na frente	Rua Joaquim de Souza	100\$000	1880
Parte de terra	-	Data da Serra Vermelha	20\$000	1880
Parte de terra	-	Serra Vermelha, na Data da Alagoa de São Francisco	25\$000	1880
Parte de terra	-	Serrote, Data de Alagoa São Francisco	139\$000	1880
Parte de terra	-	Serrote, Data de Alagoa São Francisco	44\$000	1880
Parte de terra	-	Serrote, Data de Alagoa de São Francisco	70\$000	1880
Parte de terra	-	Data Catolé	19\$420	1880
Parte de terra	-	Data Catolé	25\$000	1880
Casa	Feita de taipa com a frente de tijolos	Serrote, Data de Alagoa de São Francisco	50\$000	1880

Casa	Casa pequena feita de taipa com um açude pequeno de terra	Serrote, Data de Alagoa de São Francisco	60\$000	1880
Parte de terra	Medindo cinquenta braças	Lugar São Felix, Data Matta Fresca	50\$000	1880
Casa	Casa de taipa pequena e velha	Lugar São Felix, Data Matta Fresca	20\$000	1880
Parte de terra e casa	Uma parte de terra com uma casa de taipa pequena e velha	Lugar Sant'Anna, Matta Fresca	70\$000	1880

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Tabela 7- Bens de Raiz (1881)

<b>Especificação do Bem</b>	<b>Descrição</b>	<b>Localização</b>	<b>Valor</b>	<b>Ano</b>
Casa	Feita de Taipa	Terra Molhada	40\$000	1881
Casa	Pequena	Terra Molhada	20\$000	1881
Casa	Feita de taipa com a frente de tijolo	-	25\$000	1881
Sítio	Sítio Arevim	-	5\$000	1881
Sítio	Sítio Capacisa	-	5\$000	1881
Parte de terra	-	-	5\$000	1881
Parte de terra	Uma parte de terras em um sítio em comum com uma morada de casa de tijolo faltando acabar, com duas portas e três janelas e um açude de meio tamanho	-	753\$000	1881
Parte de terras	-	Pilões	305\$000	1881
Parte de terras	-	Sítio Sipó	286\$971	1881
Parte de terras	-	Barracão	43\$351	1881

Parte de terras	-	Ingá	34\$000	1881
Parte de terras	-	-	91\$058	1881
Parte de terras	-	São Felip	54\$000	1881
Parte de terras	-	Solidade	200\$000	1881
Casa	Uma morada de casa com tijolo com armação de laje com duas partes de frente e de fundo	Rua do Comércio	200\$000	1881
Casa	Morada de casa pequena de taipa com a frente de tijolo e em branco	-	25\$000	1881
Sítio	Com duas partes de terra, sendo uma de quatrocentas braças de testada e oitocentos de frente; outra de quatrocentos braços de testada com seiscentos de frente, com uma casa grande de morada de frente de tijolo de duas portas e duas janelas na frente e sótão; Três casas de tijolos, um açude de terra	Data de Baixa Grande e Cacaré (respectivamente)	80\$000 200\$000	1881

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

### Bens de Raiz – 1882

Tabela 8 - Bens de Raiz (1882)

<b>Especificação do Bem</b>	<b>Descrição</b>	<b>Localização</b>	<b>Valor</b>	<b>Ano</b>
-----------------------------	------------------	--------------------	--------------	------------



Sítio	Uma parte de terras de plantar e criar, um açude de terra ainda inacabado, uma casa de morada de taipa pequena, com uma porta e janela de frente e um cercado grande deteriorado	-	280\$000	1882
-------	--	---	----------	------

Parte terra e casa	Parte de terras com casa de taipa não acabada e já velha, e um pequeno açude de terra	São Felix	\$200	1882
--------------------	---	-----------	-------	------

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Tabela 9 - Bens de Raiz (1883)

<b>Especificação do Bem</b>	<b>Descrição</b>	<b>Localização</b>	<b>Valor</b>	<b>Ano</b>
Casa	Feita de taipa com dois e meios vãos, coberta de telhas com a metade em aberto	Riacho do Padre	30\$000	1883
Casa	Com tijolos, três vãos, oito portas e seis janelas	Sítio Baixa Grande	200\$000	1883
Parte de terra	-	Sítio Baixa Grande, Carcará	40\$000	1883
Parte de terra	-	Baixa Grande, Carcará	80\$000	1883
Parte de terra	Limitando-se ao nascente com o Riacho Carcará.	Baixa Grande, Carcará	220\$000	1883
Casa	Feita de taipa, pequena e arruinada	Sítio Baixa Grande, Carcará	5\$000	1883
Parte de terra	-	Sítio Penha, Matta Fresca	130\$000	1883

Parte de terra	Parte de terras do Açude Grande	Sítio Penha, Matta Fresca	300\$000	1883
Parte de terra	-	Sítio Penha	65\$000	1883
Parte de terra	Medindo duas braças	Sant'Anna, Matta Fresca	12\$000	1883
Parte de terras	-	Sant'Anna, Matta Fresca	35\$000	1883
Parte de terra	Medindo vinte braças	Sant'Anna, Matta Fresca	20\$000	1883
Casa	Grande de taipa com três vãos	Sítio Penha, Matta Fresca	30\$000	1883
Parte de terra e casa	Uma parte de terras que consta um pequeno açude terra e uma casa de taipa com porta de frente	Sítio Penha, Matta Fresca	200\$000	1883
Parte de terra	Medindo nove braças	Sant'Anna, Matta Fresca	9\$000	1883
Parte de terra	Quarenta e seis braças demarcadas judicialmente	Sítio Penha, Matta Fresca	69\$000	1883
Casa	Feita de taipa	Angelim	45\$454	1883
Casa	Feita de taipa	Angelim	10\$000	1883
Parte de terra e casa	Casinha feita de taipa	Serrote Branco, Data Timbaúba ou Carnaúba	20\$000	1883
Parte de terra e casa	Uma parte de terra com duas casas de taipa e um açude de terra	-	49\$999	1883
Casa	Feita de tijolo	Rua da Aurora	800\$000	1883
Casa	Feita de tijolos e que ainda está em construção	Rua da Aurora	1:000\$000	1883
Casa	Com a frente em branco	Rua Boa vista	300\$000	1883

Casa	Com a frente em tijolo e o corpo de taipa	Rua da Matriz	200\$000	1883
Casa de comércio	Três quartos de comércio com a armação e a cabeçada de pedras	Cajazeiras, PB	1:050\$000	1883
Parte de terra e casa	Medindo trezentos e quatro braças	Sítio Angelim, Data Santo Antônio do Bé	608\$000	1883
Parte de terra	Cem braças de terras em comum	Data da Alagoa de São Francisco	100\$000	1883
Parte de terra	-	Pedra Lavrada, comarca do Ingá	4\$545	1883
Parte de terra	-	Varje de São Pedro, comarca de Campina Grande	9\$090	1883
Parte de terra	-	Data de Bom Sucesso, comarca de São João na freguesia de Malhada da Areia	9\$818	1883
Parte de terras	-	Ao norte do Rio Parahyba, comarca de Itabaiana	31\$998	1883
Parte de terras	-	Alagoa de São Francisco	40\$000	1883
Parte de terra	-	Sítio , Alagoa de São Francisco	109\$000	1883
Casa de morar	Feita de taipa com frente de tijolos coberta de telhas	Sítio Serrote	50\$000	1883

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Tabela 10 - Bens de Raiz (1884)

<b>Especificação do Bem</b>	<b>Descrição</b>	<b>Localização</b>	<b>Valor</b>	<b>Ano</b>
-----------------------------	------------------	--------------------	--------------	------------

Casa	Feita de tijolos com duas frentes, em branco por dentro, tendo em uma das frentes cinco janelas, em portas e em gradil, repartida em duas sallas, sete quartos, cozinha, saguão e muro com frente para a Rua Formosa ocupando um terreno de seis braças e meia de frente e vinte e três de fundo.	Rua da Aurora	2:700\$000	1884
Casa	Com três braças de frente e vinte e cinco de fundo, uma porta e duas janelas de frente e uma janela de fundo, duas salas, três quartos, cozinha, muro em branco	Rua da Aurora	50\$000	1884
Casa	Casa de tijolo com uma porta e duas janelas de frente, uma porta e uma janela de fundo, duas salas, três quartos, cozinha em muro, em branco por dentro, tendo o chão mais contiguo, os quais juntos medem quatro braças e quatro palmos de frente e vinte e cinco braças de fundo em terras da Padroeira.	Rua da Aurora ou da Cadeia Nova	900\$000	1884

Casa	De tijolo com uma porta e duas janelas de frente, uma porta e uma janela de fundo, três salas e um alpendre, ainda em preto por dentro, tendo vinte e seis palmos de frente e vinte e cinco braças de fundo	Rua da Aurora ou da Cadeia Nova	600\$000	1884
Casa	De tijolo com uma porta e duas janelas de frente, uma porta e uma janela de fundo, três salas e um alpendre, ainda em preto por dentro, tendo vinte e seis palmos de frente e vinte e cinco braças de fundo	Rua da Aurora ou Cadeia Nova	700\$000	1884
Casa	De tijolo em preto com duas portas de frente, uma de fundo, duas salas e um quarto	Rua da Matriz	120\$000	1884
Casa	De tijolo em preto, sob o número dezoito, com duas portas de frente, uma de fundo, duas salas e um quarto.	Rua da Matriz	120\$000	1884
Casa	De tijolo em preto, sob o número dezesseis, com duas portas de frente, uma de fundo, duas salas e um quarto.	Rua da Matriz	120\$000	1884

Casa	Uma casa de tijolo em preto com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas (...)	Beco da Matriz	50\$000	1884
Casa	De tijolo em parte em preto e frente em branco, com uma porta e uma janela de frente e uma porta de fundo, um quarto, duas salas e um alpendre que serve de cozinha	Rua Pequena	200\$000	1884
Casa	De tijolo e taipa sob número dezessete com uma porta de frente e outra de fundo, tendo um só vão, sem compartimento algum	Rua da Feira Velha	70\$000	1884
Casa	De tijolo sob o número doze com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas	Rua da Feira Velha	100\$000	1884
Casa	De tijolo e taipa sob o número oito com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas	Rua da Feira Velha	50\$000	1884
Casa	De tijolo sob o número quatro com uma porta de frente e outra de fundo e duas salas	Rua da Feira Velha	100\$000	1884

Casa	Com a frente de tijolo e o mais de taipa, sob o número onze, com duas portas e uma janela de frente, uma de fundo, dois quartos e duas salas	Rua da Feira Velha	100\$000	1884
Casa	De tijolo, sob o número três, com duas portas de frente e uma de fundo, duas salas e cozinha em branco	Rua da Feira Velha	150\$000	1884
Casa	De tijolo, sob o número quarenta e três, com três portas e três janelas de frente, três portas e duas janelas de fundo, quatro salas, quatro quartos, cozinha, muro e toda em branco, tendo seis braças de frente e dezessete de fundo e mais um telheiro ao lado do poente	Rua Nova	1:400\$000	1884
Casa	De tijolo, sob o número quarenta e um, com uma porta e uma janela de frente, uma porta de fundo, dois quartos, duas salas, cozinha e uma frente de muro em branco	Rua Nova	500\$000	1884

Casa	De tijolo, sob o número trinta e nove, com uma porta de frente, uma porta de fundo, um quarto, duas salas, cozinha e uma frente de muro	Rua Nova	400\$000	1884
Casa	De tijolo, sob o número trinta e sete, com duas portas e uma janela de frente, três salas, um quarto, uma cozinha e uma frente de muro	Rua Nova	700\$000	1884
Casa	De tijolo, sob o número trinta e cinco, com uma porta e uma janela de frente, duas salas, um quarto, um telheiro que serve de cozinha e uma frente de muro, tendo somente uma sala em branco	Rua Nova	200\$000	1884
Casa	De tijolo, sob o número trinta e três, com uma porta e uma janela de frente, uma porta de fundo, duas salas, um quarto e um telheiro que serve de cozinha, toda em preto	Rua Nova	200\$000	1884



Casa	De tijolo, sob o número trinta e um, com duas portas de frente e uma no oitão, uma porta no fundo, dois quartos, uma sala, muro em ruínas no oitão, tendo ao fundo dois quartos, cada uma com uma porta de frente, sendo esta voltada para a Rua do Sol, fazendo destes quartos parte integrante da casa	Rua Nova	300\$000	1884
Casa	De tijolo, sob o número trinta e quatro, com uma porta e uma janela de frente, uma porta de fundo, uma sala, um quarto, um telheiro servindo de cozinha com alicerces para o muro, tendo somente uma sala em branco	Rua Nova	250\$000	1884
Casa	De tijolo, sob o número trinta e dois, com uma porta e uma janela de frente, uma porta de fundo, uma sala, um quarto, um telheiro servindo de cozinha com alicerces para muro, em branco	Rua Nova	250\$000	1884

Casa	De tijolo em construção, sob o número trinta, contendo a frente, as paredes laterais, as de compartimento para salas, alicerces para quartos, destinada a sobrado, na altura do travejamento que já tem compreendendo os materiais nelas existentes e constituintes de madeiras, soleiras de pedra e alvenarias	Rua Nova	200\$000	1884
Casa	De tijolo, sob o número vinte e quatro, com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas em branco	Rua Nova	100\$000	1884
Casa	De tijolos, sob o número dezenove, com uma porta e duas janelas de frente, uma porta de fundo, quatro quartos, duas salas, cozinhas e alpendre no pavimento térreo, um sótão com duas janelas e duas salas, murada, em branco, carecendo de reparos necessários no oitão do nascente	Rua Nova	900\$000	1884

Casa	Com frente de tijolo e o mais de taipa, sob o número dezessete, com duas portas de frente, uma de fundo, um quarto e duas salas, só tendo a frente em branco	Rua Nova	100\$000	1884
Casa	Pequena frente de tijolo em branco, sob o número um, cujo espaço se compreende no muro da casa sob número quatro da Rua do Comércio	Rua Nova	20\$000	1884
Casa	De tijolo, sob o número vinte e três, com uma porta e uma janela de frente, uma porta de fundo, duas salas, dois quartos, cozinha e muro	Rua Nova	350\$000	1884
Casa de comércio	De tijolo, sob o número quatro, com duas portas de frente e uma de fundo, dois compartimentos com prateleiras para exposição e depósito de fazendas, balcão, vitrine e mais acessórios de casa de comércio	Rua do Comércio	700\$000	1884

Casa de comércio	De tijolo e taipa, parte em preto e parte em branco, sob o número seis, com três portas de frente, uma porta e uma janela de fundo, dois quartos, duas salas, um telheiro servindo de cozinha, com alicerces para muro, com prateleiras, um caixão grande para depósito de fazendas e mais acessórios de loja	Rua do Comércio	120\$000	1884
Casa de comércio	De tijolo, sob o número dez, com duas portas de frente e uma de fundo, duas salas e muro, compreendendo as prateleiras e acessórios de loja, toda em branco	Rua do Comércio	300\$000	1884
Casa	De tijolo, devendo ter o número seis, com uma porta e uma janela de frente, uma porta de fundo, duas salas, dois quartos, cozinha, em branco por dentro, edificada em um terreno de duas braças de frente e vinte e três de fundo	Rua do Sol	400\$000	1884

Casa	De tijolo, sob o número oito, com três portas e duas janelas de frente, uma porta de fundo e mais duas janelas, três quartos, três salas, só tendo uma sala em branco	Rua do Sol	600\$000	1884
Casa	De tijolo, sob o número dezoito, em estado de ruínas, sem telhas, pouco havendo nela aproveitável	Rua do Sol	30\$000	1884
Casa	De tijolo, sob o número vinte, com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas em branco por dentro	Rua do Sol	100\$000	1884
Casa	De tijolo, sob o número vinte e dois, toda em preto, com uma porta e uma janela de frente, uma porta de fundo, duas salas e dois quartos	Rua do Sol	200\$000	1884
Casa	De tijolo, devendo ter o número vinte e quatro, toda em preto, com duas portas de frente, uma porta de fundo, duas salas e um quarto	Rua do Sol	200\$000	1884

Casa	De tijolo, devendo ter o número vinte e seis, com duas portas de frente e uma de fundo, duas salas, um quarto, toda em preto	Rua do Sol	120\$000	1884
Casa	De tijolo, devendo ter o número vinte e oito, com duas frentes, sendo uma voltada para o Poente comportando estas duas portas e duas janelas, outra olhando pro Norte, comportando três portas e duas janelas, tendo uma porta e uma janela de fundo, quatro quartos, duas salas, cozinha, muro em branco por dentro	Rua do Sol	1:200\$000	1884
Casa	De tijolo e taipa, sob o número quatro, com duas portas de frente, uma porta de fundo e duas salas toda em preto	Rua do Tupete ou Apipucas	100\$000	1884
Casa	De tijolo e taipa, sob o número seis, com duas portas de frente e uma de fundo, duas salas e dois quartos e cozinha, tendo uma sala e a frente em branco	Rua do Tupete ou Apipucas	200\$000	1884

Casarão	De tijolo com uma porta e uma janela de frente, uma porta de fundo, seis quartos, três alpendres toda em preto, exceto um dos quartos	Rua do Sangradouro ou Várzea	300\$000	1884
Casa	De tijolo, com uma porta e uma janela de frente, uma porta de fundo, duas salas, um quarto, cozinha toda em preto	Rua do Sangradouro ou Várzea	150\$000	1884
Casa	De tijolo, com uma porta e uma janela de frente, uma porta de fundo, duas salas, um quarto e cozinha toda em preto	Rua do Sangradouro ou Várzea	100\$000	1884
Casa	De tijolo, com duas portas de frente, uma porta de fundo, duas salas, um quarto e cozinha toda em preto	Rua do Sangradouro ou Várzea	120\$000	1884
Casa	De tijolo e taipa, com duas portas de frente e uma de fundo, duas salas, três vãos, um quarto, só tendo a frente em branco	Rua da Bôa Vista	200\$000	1884
Casa	De tijolo toda em preto com uma porta e duas janelas de frente, uma porta de fundo, duas salas, um quarto e cozinha	Rua da Bôa Vista	300\$000	1884

Casa	De tijolo, tendo a frente para a rua do Coração de Maria, com duas portas e quatro janelas para a segunda, três salas, cinco quartos, sótão com duas janelas e varanda, cozinha, muro, parte em branco e parte em preto, tendo mais em sua compreensão um quarto apropriado à loja, com frente para a rua do Coração de Maria, situada em terreno de seis e meia braças de frente e dezoito de fundo	Rua da Bôa Vista	1:000\$000	1884
Casa	De tijolo, toda em preto, com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas	Rua do Coração de Maria	80\$000	1884
Casa	De tijolo, toda em preto com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas	Rua do Coração de Maria	80\$000	1884
Casa	De tijolo, toda em preto com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas	Rua do Coração de Maria	80\$000	1884
Casa	De tijolo, toda em preto com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas	Rua do Coração de Maria	80\$000	1884



Casa	De tijolo, toda em preto com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas	Rua do Coração de Maria	80\$000	1884
Casa	De tijolo, toda em preto, com uma porta de frente, duas salas	Rua do Coração de Maria	80\$000	1884
Casa	De tijolo, toda em preto, com uma porta de frente, duas salas e um quarto	Rua do Coração de Maria	120\$000	1884
Casa	De tijolo, em preto, com espaço para uma porta de frente e outra de fundo, tendo os portais, duas salas	Rua do Coração de Maria	50\$000	1884
Casa	De tijolo, em preto, com duas portas de frente, uma de fundo, duas salinhas, um quarto	Rua do Coração de Maria	150\$000	1884
Casa	De tijolo, com uma porta de frente e espaço para uma janela, uma porta de fundo, duas salas, um quarto, tendo a frente em branco na qual se vê o número sete	Rua do Coração de Maria	100\$000	1884
Casa	De tijolo e taipa, com uma porta e uma janela de frente, uma porta de fundo, duas salas, um quarto, só tendo a frente em branco na qual se vê o número cinco	Rua do Coração de Maria	100\$000	1884

Casa	De tijolo e taipa, com uma porta e duas janelas de fundo, duas salas, dois quartos, só tendo a frente em branco na qual se vê o número três	Rua do Coração de Maria	120\$000	1884
Casa	De tijolo, com uma porta e duas janelas de frente, uma porta de fundo, duas salas, dois quartos, cozinha toda em preto, entre o número um e três	Rua do Coração de Maria	400\$000	1884
Casa	De tijolo e taipa, com uma porta e uma janela de frente, uma porta no oitão que dá pra Rua do Coração de Jesus, uma porta de fundo, duas salas, dois quartos, um telheiro servindo de cozinha, só tendo a frente em branco, onde se vê o número um, em um terreno de duas braças e seis palmos de frente e vinte e cinco e meia de fundo	Rua do Coração de Maria	450\$000	1884
Casa	De tijolo, em preto, com uma porta e uma janela de frente, uma porta de fundo, duas salas, um quarto	Rua do Coração de Jesus	100\$000	1884

Casa	De tijolo, em preto, com uma porta e uma janela de frente, uma porta de fundo, duas salas, um quarto	Rua do Coração de Jesus	100\$000	1884
Casa	De tijolo, toda em preto, com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas	Rua do Coração de Jesus	80\$000	1884
Casa	Frente de tijolo, com espaço e portais para duas portas e uma janela, tendo pequenina “meiagôa” de taipa no fundo, todo em mal estado	Rua BelSerrotela	30\$000	1884
Casa	De tijolo, com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas em preto	Rua Bella	100\$000	1884
Casa	De tijolo, com uma porta e duas janelas de frente, uma porta e uma janela de fundo, duas salas, dois quartos, cozinha e muro, em um terreno de três braças de frente do Nascente a Poente e quatorze de fundo de Sul a Norte	Rua Formoza	900\$000	1884

Casa	De tijolo, em branco, sob o número dois, com duas portas e uma janela de frente, uma porta e uma janela de fundo, duas salas, dois quartos, uma loja com prateleiras e balcão, travejamento para um pequeno sótão, em cuja situação tem duas janelas para o oitão do poente, cozinha e muro, em um terreno de quatro braças de frente de Nascente a Poente e quatorze de fundo de Sul a Norte	Rua Formoza	1:000\$000	1884
Casa	De tijolo, sob o número quatro, com duas portas de frente, uma de fundo, duas salas, dois quartos, cozinha servindo de muro com quadro com paredes, cuja frente dá para a Rua Formoza, onde tem um portão de saída e espaço para três portas com portais, compreendendo-se em dita casa o terreno ocupado pelo quadro de paredes descrito e mais as prateleiras da lojinha que tem a	Rua do Mercado	500\$000	1884

---

um dos lados da  
frente

---

Casa	De tijolo, com uma porta e uma janela de frente, uma porta de fundo, duas salas, dois quartos, um alpendre servindo de cozinha, parte em preto e parte em branco, sob o número vinte e dois	Rua Joaquim de Sousa ou Pátio da Matriz	250\$000	1884
Quarto de comércio	Quarto de tijolo sob o número quarenta e nove, com prateleiras e balcão, em branco	Mercado Público	230\$000	1884

---

Quarto de comércio	Quarto de tijolo, sob o número vinte e um, com duas portas de frente para a rua Bella e frente para o quarto anterior, em preto e sem armação	Mercado Público	200\$000	1884
Casa	De tijolo, com duas portas de frente, uma de fundo, duas salas, dois quartos e cozinha em branco	Termo de Missão Velha ou Villa de Missão Velha, Província do Ceará	200\$000	1884
Casa	Com frente de pedra e mais de taipa, com duas portas e uma janela de frente	Brejo dos Santos, Província do Ceará	120\$000	1884
Casa	De tijolo e taipa	Povoado da Bôa Esperança, termo dos Milagres, Província do Ceará	20\$000	1884
Casa	De tijolo e taipa em péssimo estado	Povoado da Bôa Esperança, termo dos Milagres Província do Ceará	20\$000	1884
Casa	De tijolo, compreendendo uma murada da mesma, com a frente em branco e em mal estado	Povoado da Vôa Esperança, termo dos Milagres, Província do Ceará	30\$000	1884
Casa	De tijolo e taipa, com três compartimentos em estado de ruínas	Matadouro de gados da cidade de Cajazeiras	25\$000	1884

Parte de terra e casas de vivenda	Duas partes de terra, sendo a primeira de cem braças com duas casas de vivenda e de taipa com um cercado	Data Bonfim, freguesia de São José de Piranhas, comarca de Cajazeiras	100\$000	1884
Parte de terra e casa	Uma parte de terras com uma casa de taipa	Data do Bonfim, freguesia de São José de Piranhas, comarca de Cajazeiras	50\$000	1884
Parte de terra e casa	Uma parte de terra medindo cinquenta braças com meia légua de fundo, com uma casa grande taipa e outras benfeitorias	Sítio Sipó, Data Sipó	200\$000	1884
Parte de terra	Uma parte de terras e com parte no açude	Sant'Anna, Matta Fresca	70\$000	1884
Parte de terra	-	Sítio Guaribas	200\$000	1884
Parte de terra	-	Data Caiçara	30\$000	1884
Parte de terra	-	São João do Rio do Peixe	65\$000	1884
Parte de terra e casa	Medindo cem braças, com meia légua de fundo, contendo duas casas de taipa e mais benfeitorias	Sítio Genipapeiro, Data Sipó	250\$000	1884
Parte de terra e casa	Uma parte de terra com casa de taipa, cercado e outras benfeitorias	Lavras, da Província do Ceará	200\$000	1884
Sítio	Contendo uma casa de taipa, um açude de terra, curral, dois cercados, compreendendo o Riacho do Meio	Data do Bonfim, freguesia de São José de Piranhas	50\$000	1884

Parte de terra	Medindo seis braças e meia	Baixa Grande	10\$000	1884
Parte de terra e casa	Uma parte de terra com uma casa de taipa aberta de telha e um cercado	Bonfim, freguesia de São José de Piranhas	30\$000	1884
Parte de terra	-	Alagôa de São Francisco	50\$000	1884
Sítio	Dois açudes pequenos, uma casa de taipa e outras benfeitorias e pertenças	Data Formigueiro	200\$000	1884
Sítio	Contendo seis parte de terra, contendo as seguintes benfeitorias: dois açudes de terra, engenho de pão com as taxas e mais pertenças, setes casas deterioradas, sendo uma a do engenho e outra de família e as mais de vivenda, das quais uma tem a metade de tijolo	Serra Vermelha	1:300\$000	1884
Parte de terra e casa	Uma parte de terra com duas casas de taipa, sendo uma delas a frente de tijolo	Serra Vermelha	150\$000	1884
Parte de terra e casa	Uma parte de terras com um açude e três casas de taipa	Alagôa de São Francisco	180\$000	1884
Sítio	Compreendendo terras, casas, açudes e mais benfeitorias	São José de Piranhas	1:000\$000	1884



Sítio	Contendo terras, uma casa de tijolo em branco por dentro com tapúras de casinhas de taipa, um açude de terra, uma manga, cercado em ruínas	Alagôa de São Francisco	700\$000	1884
Sítio	Contendo duzentos braças de terra	Alagôa de São Francisco	200\$000	1884
Sítio	Denominado Monte Formozo, com casas, dois açudes, moendas de engenho de pão, cercados, reparado com diversas benfeitorias após compra	Alagôa de São Francisco	2:000\$000	1884
Fazenda de criação	Com todas as terras, casa de vivenda, bolandeira, máquina de descaroçar algodão e mais pertenças, currais, cercado e quaisquer outras benfeitorias	Fazenda Arara	800\$000	1884
Parte de terras	-	Burity Grande, sítio Mumbanças, termo de Milagres, Província do Ceará	10\$000	1884

Sítio	Medindo setenta e duas braças, contendo quatro açudes, uma casa grande de vivenda em sua maior parte de alvenaria, uma casa de engenho com seus utensílios técnicos e na qual existe um alambique de cobre com seus utensílios, e mais um pote de outro alambique, os utensílios próprios de fabricar farinha, uma casa uma casa de bolandeira com máquina para descarçar algodão e suas pertenças, seis casas de taipa pequenas, cercados, currais, mobília e moveis rústicos, trastes e mais pertenças	Alagôa de São Francisco	3:200\$000	1884
Parte de terra	-	Burity Grande, termo de Milagres, Província do Ceará	50\$000	1884
Sítio	Contendo partes de terra, uma casa e um cercado	Alagoinhas	230\$000	1884
Parte de terra	-	Sítio Catolé de Baixo, data de São Francisco	1000\$000	1884

Sítio	Denominado Mata Fresca, com partes de terra em açude, casa de taipa, cercados e outras benfeitorias	Matta Fresca	100\$000	1884
Parte de terra	-	Sítio São Bento, Data da Alagôa de São Francisco	200\$000	1884
Sítio	Denominado Melão, com uma casa de vivenda construída de tijolo, um açude de terra, uma casa com engenho de moer cana, uma bolandeira, uma máquina de descaroçar algodão	Lavras, Província do Ceará	280\$000	1884
Sítio	Medindo trezentos braças de terra, águas fruteiras, casa de vivenda de tijolo e taipa	Sítio Alagoinha, Alagôa de São Francisco	400\$000	1884
Parte de terra	-	São João do Rio do Peixe	100\$000	1884
Parte de terra	-	Sítio Queimadas, Santo Antônio	200\$000	1884
Parte de terra	Medindo cento e quarenta braças	Sítio Sipó de Cima	140\$000	1884
Sítio	Contendo terras	Villa de Missão Velha, Província do Ceará	150\$000	1884

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Tabela 11- Bens de Raiz (1885)

<b>Especificação do Bem</b>	<b>Descrição</b>	<b>Localização</b>	<b>Valor</b>	<b>Ano</b>
-----------------------------	------------------	--------------------	--------------	------------

Casa	Feita de taipa	Patamuté	30\$000	1885
Casa de Farinha	Uma dita de fazer farinha com todos os utensílios, sendo esta e outra	Data Cachoeirinhas	18\$4000	1885
Terras	Duzentos e cinquenta e três de palmas de terras	Data Cachoeirinha, no lugar Patamuté	253\$600	1885
Parte de terras	-	Triângulo na Cassimba do Calderão	8\$000	1885
Terras	Treze braças de terras	No quadro do Açude Velho da Cachoeirinha	13\$000	1885

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

*Tabela 12- Bens de Raiz (1886)*

<b>Especificação do Bem</b>	<b>Descrição</b>	<b>Localização</b>	<b>Valor</b>	<b>Ano</b>
Casa	Feita de tijolo com duas portas, uma janela de frente e uma de fundo	Rua do Coração de Maria	200\$000	1886

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

*Tabela 13- Bens de Raiz (1887)*

<b>Especificação do Bem</b>	<b>Descrição</b>	<b>Localização</b>	<b>Valor</b>	<b>Ano</b>
Parte de terra e casa	Parte de terras contendo uma casa de taipa coberta com telhas, pequena e velha	Catolé de Baixo, Alagôa de São Francisco	5\$000	1887

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Tabela 14 - Bens de Raiz (1888)

<b>Especificação do Bem</b>	<b>Descrição</b>	<b>Localização</b>	<b>Valor</b>	<b>Ano</b>
Parte de terras	-	Data Carcará, Baixa Grande	8\$500	1888
Parte de terra	-	Carcará, Baixa Grande	7\$297	1888
Parte de terra e casa	Contendo uma casa de tijolos	Carcará, Baixa Grande	150\$000	1888
Açude	Um pequeno açude de barreiro	Baixa Grande	30\$000	1888

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Tabela 15 - Bens de Raiz (1889)

<b>Especificação do Bem</b>	<b>Descrição</b>	<b>Localização</b>	<b>Valor</b>	<b>Ano</b>
Parte de terra	Uma parte de terras com parte no açude	Sítio Casa Nova, Data Matta Fresca	45\$000	1889
Parte de terra	Duas partes de terra, uma medindo doze braças e meia, outra com oito braças com parte na casa	Sítio Casa Nova, Data Matta Fresca	70\$000	1889
Parte de terra	Três partes de terra	Alagôa da Matta, Data Matta Fresca	30\$000	1889
Parte terra e casa	Quatro partes de terra com uma casa de taipa	Engenho Velho, termo da Vila de Milagres, Estado do Ceará	50\$000	1889
Parte de terra	-	Engenho Velho, Vila de Milagres, Estado do Ceará	30\$000	1889

Parte de terra	Duas partes de terra	Data da Alagôa, e a outra na Data do Joazeiro, termo de São João do Rio do Peixe	20\$000	1889
Parte de terra	-	Data e termo de São João do Rio do Peixe	3\$000	1889
Parte de terra	-	Data e termo de São João do Rio do Peixe	3\$000	1889
Parte de terra	-	Sítio Alagôa das Pedras, Data e termo de São João do Rio do Peixe	2\$000	1889
Parte de terra	-	Data e termo de São João do Rio do Peixe	8\$000	1889
Parte de terra	-	Sítio Alagôa das Pedras, Data e termo de São João do Rio do Peixe	3\$000	1889
Parte de terra	-	Sítio Alagôa das Pedras, Data e termo de São João do Rio do Peixe	25\$000	1889
Parte de terra	-	Sítio Pereiros, Data e termo de São João do Rio do Peixe	8\$185	1889
Parte de terra	-	Data e termo de São João do Rio do Peixe	2\$000	1889
Parte de terra	Quatro partes	Pereiros de Cima, Data e termo de São João do Rio do Peixe	22\$000	1889
Parte de terra	-	Sítio Engenho Velho, Vila de Milagres, Estado do Ceará	50\$000	1889
Parte de terra	-	-	4\$450	1889

Parte de terra	-	Pereiros de Cima, Data e termo de São João do Rio do Peixe	90\$000	1889
Parte de terra	-	Sítio Cacaré, Data Formigueiro, termo de São João do Rio do Peixe	3\$000	1889
Parte de terra	-	Sítio Alagôa das Pedras, Data e termo de São João do Rio do Peixe	29\$000	1889
Parte de terra	Uma parte de terras com parte no açude	Serra das Gamellas, termo de São João do Rio do Peixe	120\$000	1889
Parte de terra	-	Sítio Garguello, Data de Cachoeiras dos Índios	13\$000	1889
Parte de terra	-	Sítio Pereiros, Data e termo de São João do Rio do Peixe	2\$000	1889
Parte de terra	-	Sítio Alagôa das Pedras, Data e termo de São João do Rio do Peixe	13\$000	1889
Terras	-	Sítio Alagôa das Pedras, Data e termo de São João do Rio do Peixe	30\$000	1889
Açude e casa	Três açudes de terra, um maior, dois pequenos. Casa Velha	Sítio Marimbas, Data de Cachoeiras dos Índios, termo e comarca de Cajazeiras	250\$000	1889

Casa	Uma casinha de taipa, um engenho, um carro velho e açude de terra	Sítio Engenho Velho, Vila de Milagres, Estado do Ceará	200\$000	1889
Quarto	Com a frente de tijolo com uma porta na frente	Rua do Rio, Vila de São João do Rio do Peixe	30\$000	1889
Casa	Uma casa de sua residência, incluso todos os utensílios pertencentes a mesma casa	Sítio Casa Nova, Data da Matta Fresca	100\$000	1889
Parte de terras	-	Lugar Cantos, Data do Boqueirão	80\$000	1889
Casa	Feita de taipa coberta com telha	Lugar Cantos, Data do Boqueirão	15\$000	1889

Fonte: Elaborada pela autora (2022)



